



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

**RELATÓRIO E PARECER EM SEDE DE APRECIÇÃO INICIAL SOBRE
A PROPOSTA DE LEI N.º 2/III (1.ª)
ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2013**

Díli, 28 de Janeiro de 2013



COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

ÍNDICE

- I. INTRODUÇÃO
- II. ENQUADRAMENTO LEGAL
- III. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO
- IV. OBJECTIVOS DA POLÍTICA ECONÓMICA E FISCAL
- V. ESTRUTURA DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2013
- VI. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO C
- VII. PARECER DA COMISSÃO C
- VIII. APROVAÇÃO DO RELATÓRIO E PARECER
- IX. RECOMENDAÇÕES DAS RESTANTES COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES E GMPTL

ANEXOS

- i – Pareceres das RESTANTES Comissões Especializadas Permanentes e GMPTL;
- ii – Nota Técnica n.º 1/2013/DIPLN sobre a PPL n.º 2/III/1ª – Orçamento Geral do Estado para 2013, de 18.01.2013;
- iii – Resolução do Parlamento Nacional que aprova o seu Orçamento Privativo para 2013.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

I. INTRODUÇÃO

1.1. Admissão

A Proposta de Lei (PPL) n.º 2/III – Aprova o Orçamento Geral do Estado para 2013, foi apresentada pelo Governo ao Parlamento Nacional no dia 18 de Dezembro de 2012, nos termos do previsto nas alíneas d) e e) do n.º 3 do artigo 95.º, da alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º e do n.º 1 do artigo 145.º, todos da Constituição da República.

Conforme dispõe o Regimento do Parlamento Nacional no seu artigo 162.º, as propostas de lei referentes a cada ano económico são apresentadas ao Parlamento até ao dia 15 de Outubro, o que não se verificou no caso vertente. Porém, considerando a recente aprovação do Orçamento Rectificativo, na sequência das significativas alterações à orgânica governamental entretanto decididas pelo novo executivo, pode entender-se justificado aquele desfasamento temporal.

Por despacho de Sua Exa. o Presidente do Parlamento Nacional, datado de 19 de Dezembro de 2012, foi aquela mesma proposta admitida, tendo sido determinada a sua baixa à Comissão de Finanças Públicas para efeitos de emissão de Relatório e Parecer, e às restantes Comissões parlamentares, para efeitos de emissão de parecer sectorial, nos termos regimentais, conforme previsto no artigo 163.º do Regimento.

1.2. Questão prévia e designação de relator

A Comissão considera-se competente, em razão da matéria, para apreciar a iniciativa legislativa admitida, em termos formais e no que respeita ao seu conteúdo material.

Foram designadas relatoras as Exmas. Senhoras Deputadas Maria Angélica R. C. dos Reis, da Bancada Parlamentar FRETILIN e Izilda M. L. Pereira Soares, da Bancada Parlamentar CNRT.

Na elaboração do presente Relatório observou-se, com as devidas adaptações, o previsto no artigo 34.º do Regimento.



COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

1.3. Audições Públicas

Nos termos regimentais, realizaram-se audições públicas entre os dias 10 e 21 de Janeiro de 2013, em que foram ouvidas as entidades seguintes:

- O Governo nas pessoas dos Exmos. Senhores Ministros das Finanças, da Administração Estatal, do Petróleo e Recursos Minerais, das Obras Públicas, da Educação, da Saúde, do Comércio, Indústria e Ambiente, e do Turismo e respetivos Secretários de Estado;
- O Banco Central de Timor-Leste;
- A Agência de Desenvolvimento Nacional;
- A Comissão Nacional de Aprovisionamento;
- O Secretariado dos Grandes Projectos;
- O Conselho Consultivo do Fundo Petrolífero;
- A Autoridade Nacional do Petróleo;
- A Empresa Pública Timor GAP;
- A organização não-governamental Lao Hamutuk.

No decurso das referidas audições, tiveram as entidades públicas e privadas acima referidas, oportunidade para expressarem as suas opiniões, informando os Deputados acerca da respectiva posição no que respeita à Proposta de Lei n.º 2/III (1.ª).

Para além da informação recolhida no âmbito das supracitadas audições, a Comissão entendeu, por consenso, endereçar um pedido de informação escrita aos Senhores Ministros da Justiça, dos Transportes e Comunicações e do Turismo sobre a execução da receita das entidades públicas por eles tuteladas para o período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2012 e, ao Senhor Presidente do Parlamento Nacional, um pedido de informação sobre a execução orçamental desse órgão de soberania para o mesmo período e a análise da desconformidade detetada entre a proposta orçamental para 2013 e o Orçamento Privativo que foi aprovado pelo PN.

Com vista a complementar a audição pública da Senhora Ministra das Finanças com respeito à execução orçamental de 2012, a Comissão C solicitou-lhe que adicionasse à informação já prestada, o mapa de execução das Receitas do Estado em 2012 e o mapa



COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

dos fluxos de caixa das contas oficiais abertas no Tesouro, a tempo dessa informação ser analisada e incluída no presente Relatório e Parecer.

A Comissão regista que todos os Ministérios e Órgãos contactados remeteram à Comissão a informação solicitada, permanecendo apenas em falta os mapas de fluxos de caixa das contas abertas no Tesouro, referentes a 2012.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

II. ENQUADRAMENTO LEGAL

Ao Parlamento Nacional, nos termos constitucionais, compete, para além das funções primordiais de representação e legislativa, acompanhar e fiscalizar a actividade executiva, responsabilizando o Governo, mormente em matéria financeira e orçamental.

Nos termos conjugados dos artigos 115.º, n.º 1, alínea d) e 145.º, n.º 1 da Constituição da República, e do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro - Lei do Orçamento e Gestão Financeira, a proposta de Orçamento Geral do Estado é da exclusiva iniciativa do Governo e deve ser apresentada ao Parlamento Nacional, sob a forma de proposta de lei, até ao dia 15 de Outubro de cada ano. Porém, devido à formação de um novo Governo ter ocorrido no segundo semestre de 2012 na sequência de eleições legislativas, aquele prazo não se aplica ao Orçamento Geral do Estado para 2013, de acordo com o previsto na alínea b), do n.º 2, do artigo 30.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro.

Em matéria de direito substantivo, o regime orçamental, além de enquadrado pela Constituição, encontra-se também regulado pela Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro – Orçamento e Gestão Financeira.

Apreciando a PPL n.º 2/III (1.ª) à luz dos requisitos de forma a que deve obedecer para a sua admissibilidade, verifica-se que está de acordo com o disposto nos artigos 92.º, 96.º n.º 2, 98.º e 162.º do Regimento, considerando-se que se encontra redigida em língua portuguesa, sob a forma de artigos, contém um título que traduz o seu objecto central e vem acompanhada de exposição de motivos, sendo apresentada em consonância com o previsto no já referido artigo 34.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro.

No que respeita à sua configuração externa, como acto ou instrumento normativo, a proposta de lei em análise obedece, na sua generalidade, às regras essenciais de legística formal, encontrando-se em consonância com as regras legais e procedimentais aplicáveis, designadamente as que decorrem do n.º 2 do artigo 34.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro e do artigo 167.º do Regimento.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

A Comissão entende, assim, cumpridos os requisitos formais de apresentação das propostas de lei, nos termos estabelecidos na Lei e no Regimento.

No que respeita aos requisitos orgânicos, trata-se de matéria legislativa de competência parlamentar exclusiva, nos termos do disposto na alínea q) do número 2 do artigo 95º e no n.º 1 do artigo 145.º da Constituição da República, pelo que é o Parlamento o órgão competente para decidir.

No que respeita ao conteúdo material, não parecem suscitar-se questões que comprometam a viabilidade da proposta enquanto tal, ou seja, que devessem ter determinado a sua não admissão, face aos requisitos exigíveis. Nota-se, contudo, alguma imprecisão terminológica e a este propósito, a Comissão acompanha o entendimento expresso na nota técnica elaborada no âmbito da Divisão de Apoio ao Plenário (NotaTécnica n.º1/2013/DIPLN), que aqui se dá por reproduzida e que se anexa, sugerindo-se o acolhimento das sugestões que aí se contêm, pela sua utilidade e pertinência.

Ainda no que toca ao conteúdo normativo, verifica-se que, nos termos da proposta – artigo 4.º - o montante a retirar do Fundo Petrolífero para crédito no Orçamento Geral do Estado para o ano de 2013, é de 1.197,8 milhões de dólares norte-americanos (de ora em diante apenas designados apenas por dólares) o que excede em 410,8 milhões o limite do Rendimento Sustentável Estimado, que se situa em 787 milhões, para esse mesmo ano e nos termos da Lei n.º 9/2005 de 3 de Agosto – Lei do Fundo Petrolífero, de acordo com a informação veiculada pelo Ministério das Finanças na documentação anexa à proposta orçamental.

Face ao quadro legal aplicável, como já antes ficou dito a propósito da proposta de Orçamento do Estado para 2012, tal possibilidade depende de decisão parlamentar tomada nos estritos termos do disposto na referida Lei n.º 9/2005. Significa isto que depende do Parlamento, tendo sido informado com os elementos legalmente previstos, decidir julgar justificados, com suficiente detalhe, os motivos que levam a considerar a



COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

transferência em montante superior ao Rendimento Sustentável Estimado como sendo no *interesse de Timor-Leste a longo prazo*.

Tal como configurada na lei, a decisão parlamentar neste âmbito envolve necessariamente um juízo ou avaliação de natureza política, embora assente também na ponderação de factores de natureza económica e financeira, cabendo aos Deputados aferir da verificação dos requisitos legalmente exigíveis para o levantamento acima do Rendimento Sustentável Estimado. Naturalmente, a questão pode e deve igualmente discutir-se na perspectiva económica e financeira, como mais adiante se faz no presente Relatório.

Assim, no plano estritamente jurídico, nada se vê que possa obstar à apreciação e votação em Plenário da proposta vertente, nos termos do previsto nos artigos 166.º e seguintes do Regimento.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

III. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

No Livro 1 – “Panorama Orçamental” que acompanha a Proposta de Lei n.º 2/III (1.ª) – “Orçamento Geral do Estado para 2013”, o Governo traça o panorama económico interno e internacional para o ano de 2013, com base nos dados publicados pela Direção Nacional de Estatísticas, no documento “Contas Nacionais de Timor-Leste entre 2004 e 2010”, em Maio de 2012 e nos dados retirados do documento “Panorama Económico Mundial”, de Outubro de 2012, produzido pelo Fundo Monetário Internacional.

Para a elaboração do presente Relatório e Parecer, a Comissão C teve em consideração não apenas a importante informação macroeconómica disponibilizada pelo Governo no já citado Livro 1 mas também outras fontes de informação económica, tais como, relatórios publicados pelo Banco Central de Timor-Leste (BCTL), pelo Banco Mundial (BM), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pela Agência de Segurança Alimentar das Nações Unidas (FAO), para além dos contributos fornecidos pelas entidades e organismos públicos convidados pela Comissão no âmbito do Seminário “Orçamento Geral do Estado – Panorama para 2013”, que decorreu no dia 9 de Janeiro de 2013, em Díli, e das audições públicas posteriormente realizadas pela Comissão em sede de apreciação inicial da proposta orçamental para 2013.

Genericamente o conceito de macroeconomia pode ser definido da seguinte forma: *“abordagem económica que se concentra no estudo do comportamento agregado de uma economia, no que concerne principalmente à produção, à geração de renda, ao uso de recursos, ao comportamento dos preços e ao comércio exterior. Os objetivos da macroeconomia são principalmente o crescimento da economia, o pleno emprego, a estabilidade de preços e o controlo da inflação”.*

Dessa definição retiram-se os indicadores mais importantes para a medição do desenvolvimento económico, a tomar em consideração em qualquer análise macro que se pretenda realizar que são o crescimento económico (medido geralmente através do PIB), preços dos bens e serviços, taxa de desemprego e nível de inflação. No



COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

entanto, quando nos referimos exclusivamente a crescimento económico por si só, não é possível determinar o estágio de desenvolvimento de uma nação. Para isso há que igualmente atender a um conjunto de outros indicadores, como a taxa de natalidade, a esperança de vida à nascença, a esperança média de vida da população, o nível de escolaridade, saneamento básico, etc. Estas dimensões humanas têm vindo a ser estudadas entre outros, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), constando dos seus relatórios anuais. O último relatório disponível é o de 2011.

É por essa razão que mais à frente neste Relatório e Parecer será dado destaque não apenas aos principais indicadores macroeconómicos de Timor-Leste, mas também ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

3.1. PANORAMA MACROECONÓMICO INTERNACIONAL

3.1.1. CRESCIMENTO ECONÓMICO

De acordo com a análise preparada pelo Executivo que consta do Livro 1 que acompanha a proposta de lei de OGE para 2013, o crescimento económico mundial continuará a obter níveis aquém do desejável e a sua evolução desde 2010 é que se segue:

Tabela 1 – Crescimento Económico Mundial entre 2011 e 2013

2010 real	2011 real	2012 real	Projeção 2013
5,3 %	3,9%	3,3 %	3,6 %

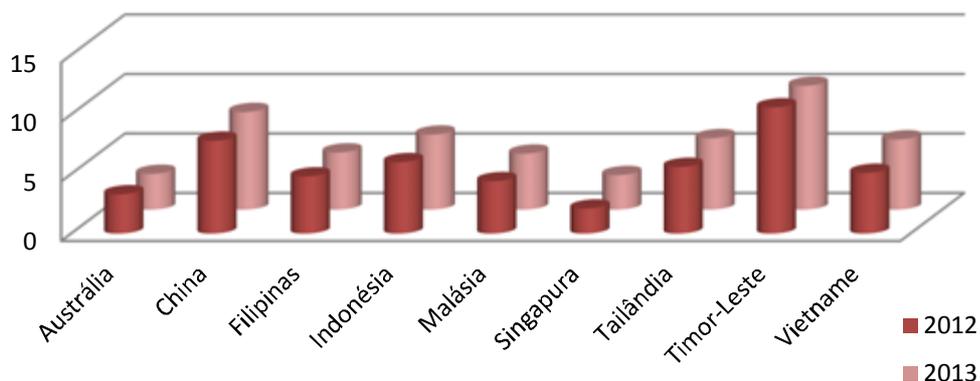
Fonte: Ministério das Finanças

A ainda moderada recuperação económica que começou a evidenciar-se a partir de 2012, resultou do fato da crise financeira que se abateu sobre as economias avançadas a partir de 2008 (e que ainda persiste na zona euro), estar a ser compensada por um forte desempenho dos países asiáticos em crescimento.

As taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da região asiática projectadas para 2012 e 2013, segundo a Direção Nacional da Política Económica do Ministério das Finanças, apontam para valores médios de 5,5% em 2012 e de 5,8% em 2013, com Timor-Leste na liderança, apresentando uma taxa superior a 10% para qualquer dos anos (para o sector não petrolífero), imediatamente seguido da China. Contudo, do nosso ponto de vista, o crescimento de dois dígitos esperado para a economia não petrolífera de Timor-Leste em 2013, deverá ser lido com alguma prudência e à sua escala em termos relativos. A Figura 1 reflete a evolução do PIB em Timor-Leste e nas economias asiáticas vizinhas, entre 2012 e 2013:

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Gráfico 1 – Crescimento do PIB das principais economias asiáticas entre 2012 e 2013 (%)



3.1.2. DESEMPREGO

Em 2012, o desemprego global voltou a subir, "deixando 197 milhões de pessoas sem emprego", o que representa mais quatro milhões do que no ano anterior, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Em 2013 o desemprego manter-se-á muito elevado nos EUA e na Europa e, a nível mundial, ultrapassará mesmo a fronteira dos 202 milhões de indivíduos, batendo o recorde absoluto de 199 milhões que tinha sido atingido em 2009, de acordo com as mais recentes estimativas da OIT. No seu relatório anual sobre as tendências mundiais do emprego publicado em Genebra, a OIT prevê que, "apesar de uma recuperação moderada do crescimento da produção" esperada para este ano e para o próximo, "a taxa de desemprego deverá aumentar de novo e, o número de desempregados no mundo, crescer 5,1 milhões em 2013, e mais três milhões em 2014".

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

3.1.3. PREÇOS

Segundo as previsões do Governo, os preços médios do barril de petróleo nos mercados mundiais em 2012, deverão situar-se nos 106 dólares, reduzindo-se para 105, no ano seguinte. A previsão dos mercados aponta para uma tendência de diminuição dos preços do petróleo a médio prazo, caso se mantenham as expectativas de reduzida procura mundial e de uma trajectória de crescimento para a produção petrolífera.

No que diz respeito à dinâmica de preços dos produtos agrícolas, os dados mais recentes dos mercados mundiais apontam para alguma estabilidade em 2013. A crise que levou ao aumento da volatilidade dos preços dos alimentos e à insegurança alimentarnos últimos cinco anos, deverá poder ser evitada no curto prazo, segundo os dados macroeconómicos disponibilizados (Livro 1 do OGE para 2013).

O índice de preços dos alimentos caiu ligeiramente em Dezembro de 2012, liderado por quedas nos preços dos cereais e óleos, de 7 pontos percentuais relativamente a 2011, mas ainda assim revelando níveis historicamente altos. Contudo, segundo a Agência de Segurança Alimentar da Organização das Nações Unidas (FAO), os preços dos alimentos devem permanecer em níveis historicamente altos em 2013, apesar da situação dos mercados ser provavelmente mais calma do que no ano anterior, após um pico dos preços no Verão, motivado pela pior seca nos Estados Unidos (o maior produtor de soja e milho do mundo) em 50 anos, que causou receios sobre uma nova crise alimentar. Em resumo, os preços dos produtos agrícolas estão elevados e assim permanecerão em 2013, revelando contudo alguma estabilidade, em condições normais.

Quanto à procura alimentar a nível mundial, só deverá apresentar-se mais confortável em 2014, reduzindo-se o risco de choques de oferta, devido a uma melhor coordenação entre os países exportadores, esperando-se que a América do Sul obtenha elevadas produções, com colheitas recordes no Brasil, país este que poderá vir a ultrapassar os Estados Unidos da América como o maior produtor global.



COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

3.1.4. INFLAÇÃO

A evolução mundial dos preços dos produtos agrícolas tem um impacto forte sobre a inflação nos países importadores, como é o caso de Timor-Leste. É expectável que a taxa de inflação mundial se reduza para 3,5% de 2012 para 2013, para a grande maioria das economias mundiais, como resultado de uma contração na procura por parte do consumidor, que pode atingir até 5,8%, segundo as projecções governamentais. No entanto, a volatilidade dos mercados tem sido uma constante e a situação pode vir a ser alterada.

3.2. PANORAMA MACROECONÓMICO NACIONAL

Contrariamente ao que seria desejável, a proposta orçamental para 2013 continua a não relacionar o investimento público a realizar por cada Ministério, com a sua contribuição para a economia, não havendo igualmente qualquer ligação entre as despesas projetadas, o enquadramento macroeconómico e a produção. Igualmente se regista pela negativa, o facto de o Executivo não ter feito qualquer alusão ao impacto que terá em termos de desemprego e da inflação doméstica, o encerramento da missão da UNMIT, especialmente na cidade de Díli.

3.2.1. CRESCIMENTO ECONÓMICO

O crescimento económico está intimamente relacionado com o Produto Interno Bruto (PIB), uma medida de desempenho económico que consiste na soma do valor de todos os bens e serviços produzidos por um país durante um ano (consumo privado, total de investimentos do sector privado, despesas do Estado e diferença entre as importações e as exportações). Só o PIB real traduz verdadeiramente o crescimento económico, ao descontar ao PIB nominal o efeito da inflação.

Até ao momento presente, na economia em Timor-Leste tem um grande peso o setor petrolífero (em 2013 contribuirá para suportar 67% das despesas públicas), totalizando o PIB real em 2012, 4.430,6 milhões de dólares, o que fica aquém dos valores registados em 2011, quando alcançou o pico e atingiu cerca de 4.500 milhões de dólares.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

No que concerne à evolução da economia não petrolífera entre 2005 e 2011, as estimativas preliminares do Governo revelam que o PIB real terá subido 10,8% em 2011, refletindo o crescimento no sector da construção, fortemente impulsionado pelo investimento público, subindo mais 10,6 pontos percentuais no período económico seguinte. Já o sector agrícola tem vindo a reduzir-se em termos reais nos últimos dois anos, esperando o Executivo que a situação se inverta em resultado da recuperação na produção de arroz e milho, que em 2012 deverão ultrapassar o consumo doméstico.

Efetivamente o sector primário (agricultura, pesca, etc.) tem vindo a reduzir o seu peso na economia de Timor-Leste nos últimos anos, em detrimento do sector terciário (serviços), ao mesmo tempo que o sector secundário (indústria) continua ainda a ter um peso residual, representando pouco mais de 10% (dados de 2010).

O Governo manifesta a intenção de desenvolver no médio prazo, sectores económicos não petrolíferos essenciais, tais como a agricultura e o turismo e de reduzir a inflação a médio prazo para valores abaixo dos 8%, uma meta pouco ambiciosa, mas ainda assim difícil que a Comissão C aplaude.

3.2.2. DESEMPREGO

Segundo o último Estudo da População Activa (EPA) publicado em 2010, a caracterização da população de Timor-Leste é a seguinte:

Tabela 2 – Caracterização da população de Timor-Leste em 2010

População activa	262.000
População activa empregada	252.000
População activa desempregada	9.000
Percentagem de indivíduos inactivos com mais de 15 anos	58,3%
Percentagem de indivíduos empregados em zonas urbanas	27,9%

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Percentagem de indivíduos empregados em zonas rurais	72,1%
Percentagem de indivíduos empregados do sexo masculino	68,2%
Taxa <u>oficial</u> de desemprego em Timor-Leste	< 4%

De acordo com a informação prestada pelo Banco Central durante a sua audiência pública na Comissão, sustentada segundo aquela entidade por vários estudos sobre as questões laborais (dados de 2010), o número de jovens com 15 ou mais anos totaliza 366.000, dos quais 58% estão inactivos ou desempregados, não participando como tal, em qualquer atividade económica. São dados sobre os quais importa refletir de forma a desenvolver setores formais estáveis que absorvam esta mão de obra.

3.2.3. PREÇOS

Conforme tem vindo a ser assinalado em relatórios anteriores da Comissão, a evolução dos preços mundiais dos produtos agrícolas tem um forte impacto na inflação doméstica de Timor-Leste, já que o peso dos alimentos e bebidas (na sua grande maioria importados) no índice de preços no consumidor (IPC), corresponde no País a aproximadamente 60% do total das despesas das famílias.

O Índice de Preços no Consumidor (IPC) é um instrumento económico que permite medir a inflação através dos preços dos principais bens e serviços que são consumidos pelas famílias. A evolução do IPC revela que no caso de Timor-Leste, a partir de 2009, a inflação média anual passou de menos de 2% para 13% em 2011, segundo dados da Direção de Estatísticas do Ministério das Finanças.

No curto prazo, persistem ainda incertezas acerca da procura e da oferta de produtos alimentares nos mercados mundiais e, a médio prazo a volatilidade dos preços desses produtos continuará a exigir dos governos, políticas que minimizem os efeitos negativos que resultam entre outros, do crescimento populacional, da subida de rendimentos em países emergentes, dos preços da energia associados à produção e distribuição, das alterações climáticas etc., resultando numa maior procura de bens agrícolas.



COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

No caso de Timor-Leste é essencial aumentar a produção doméstica de bens alimentares e reduzir por essa via a dependência de produtos importados, investindo directamente em projectos de irrigação, formação e investigação (*Livro 1, pág 17, da Proposta de Lei de OGE 2013*).

3.2.34. INFLAÇÃO DOMÉSTICA

Na página 22 do mesmo Livro 1 da Proposta de Lei de OGE2013, a propósito da inflação doméstica, o Governo afirma que as principais razões que explicam a inflação em Timor-Leste são a depreciação do dólar face às moedas dos principais parceiros comerciais, o aumento dos preços dos produtos, especialmente os alimentares e o aumento da procura doméstica motivado pelo forte investimento público.

A inflação é um dos maiores flagelos económicos e, no caso de Timor-Leste é especialmente preocupante, já que nos últimos anos atingiu valores extremamente elevados. Identificar devidamente as causas e implementar as necessárias medidas correctivas é essencial e urgente, já que o crescimento da inflação tem umefeito perversosobre o poder de compra da população e, por conseguinte, na redução doseu nível de vida.

O Governo estima para 2013 uma taxa de inflação de 7,6% um valor significativamente inferior às projecções apresentadas pelo Banco Central, que apontam para 8 a 9% em 2013, na audiência pública com a Comissão C. Independentemente dessa discrepância de valores, trata-se de um objectivo importante para o povo de Timor-Leste, que permitirá aumentar a capacidade da população para aceder a bens essenciais. De assinalar que a inflação em 2012 deve ter atingido os 12% depois de em 2011 se ter fixado nos 13,5%. Eventualmente a decisão de manter o valor global do próximo OGE muito semelhante ao de 2012, prende-se com um esforço do Governo para controlar os valores da inflação. A Comissão congratula-se pelo início do processo de revisão do cabaz de bens que serve de base ao cálculo do IPC em Timor-Leste.

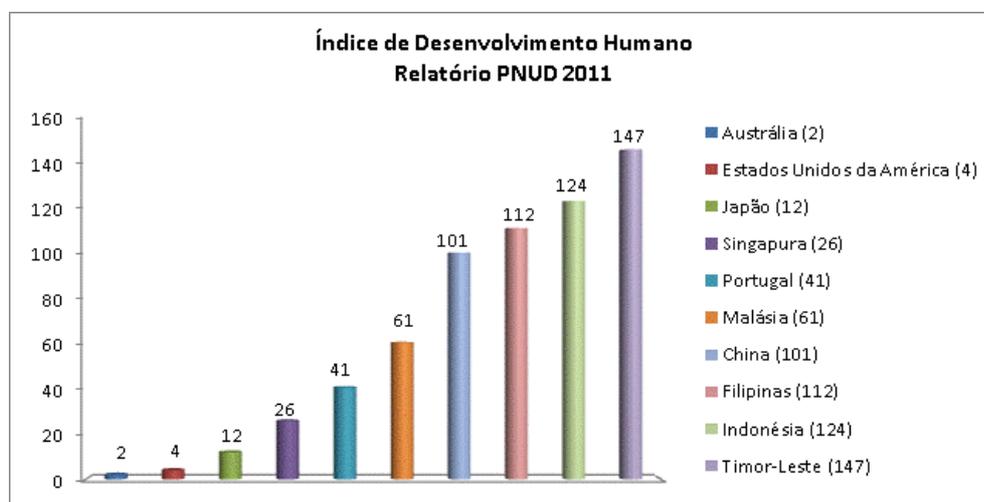
COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

3.2.4. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

A nação de Timor-Leste ocupa o 147.º lugar em termos de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a sua situação em comparação com a dos seus principais parceiros comerciais, apresenta-se no Gráfico n.º 2.

No Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2011, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é definido como *sendo uma medida sumária do desenvolvimento humano. Mede as realizações médias de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento: uma vida longa e saudável, o acesso ao conhecimento e um padrão de vida digno. O IDH é a média geométrica dos índices normalizados que medem as realizações em cada dimensão.*

Gráfico 2 – IDH de Timor-Leste comparativamente ao dos seus parceiros económicos



A observação do gráfico permite facilmente concluir que o Índice de Desenvolvimento Humano de Timor-Leste (que coloca o País em 147.º lugar no ranking mundial) está ainda muito distante dos níveis mínimos aceitáveis, isto apesar da economia de Timor-Leste continuar na sua trajetória de crescimento acentuado.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

IV. OBJECTIVOS DA POLÍTICA ECONÓMICA E FISCAL

As prioridades nacionais do Governo para 2013 foram elencadas pela Senhora Ministra das Finanças na sua intervenção no âmbito do Seminário “Orçamento Geral do Estado - Panorama Orçamental para 2013” organizado pela Comissão, no arranque do processo orçamental no Parlamento Nacional concretamente, continuação do programa do governo anterior, aposta na saúde e na educação, na agricultura, na inclusão social, na segurança e na descentralização.

A tradução financeira da política económica do Governo para 2013 consta da proposta de lei de Orçamento Geral do Estado, nas tabelas dos Anexos I a V:

- Anexo I - previsões das receitas a serem cobradas pelos serviços e pelos fundos autónomos;
- Anexo II - despesas resultantes das transferências feitas para os fundos autónomos e para os fundos especiais e previsão das respectivas despesas dos fundos autónomos;
- Anexo III - orçamentos por categoria de despesa dos serviços e dos fundos autónomos que são financiadas por receitas próprias;
- Anexos IV e V - dotações do Fundo de Infra-Estruturas e do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano.

O Governo optou por não definir metas concretas e quantificáveis para a redução da pobreza, ligando-as apenas às opções de política orçamental propostas. Em sede de debate na generalidade da proposta de OGE seria importante que o Governo esclarecesse o PN sobre os impactos directos e indirectos na melhoria das condições de vida da população, associados às despesas públicas a realizar em 2013.

O controlo da inflação é uma das preocupações evidenciadas pelo Governo e as suas expectativas apontam, como já foi referido, para uma taxa média de 7,6% em 2013 o que, na perspectiva do Banco Central de Timor-Leste é uma previsão muito otimista e distante



COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

das suas próprias previsões, que apontam para níveis de inflação superiores. A metade do Governo não deixa de ser interessante mas difícil de atingir em tão curto espaço de tempo, atendendo à escalada inflacionária observada nos anos mais recentes à tendência continuada de desvalorização da taxa de câmbio do dólar norte-americano.

Outra das apostas identificadas pelo Governo para 2013 é o investimento forte em capital humano, com vista ao aumento da qualificação dos recursos humanos, a suportar pelo Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH). Em 2013 as verbas destinadas à formação técnica e profissional, bolsas de estudo e outro tipo de formação mantêm um peso residual no Orçamento do Estado, representando apenas 2,5% do OGE 2013, com uma dotação máxima de 42,448 milhões de dólares, já depois da integração do saldo de 8,549 milhões que transitou de 2012, por falta de execução. A Comissão C é de opinião que os recursos humanos são estratégicos para o desenvolvimento económico de Timor-Leste, merecendo por isso uma atenção redobrada e sugere ao Governo que invista mais fortemente nesta componente.

Observa-se que o Governo continua empenhado no desenvolvimento de infra-estruturas básicas como, a rede eléctrica, o saneamento básico, o abastecimento de água, a construção de rodovias e de pontes e portos, mas importará desde já averiguar o que falhou nos anos de 2011 e 2012 com os projectos de infraestruturas que tiveram reduzida realização e sobre o retorno económico e social desses mesmos investimentos.

A grande dependência das importações, no que concerne à aquisição de equipamentos e de serviços especializados para a produção de infraestruturas, deixa a economia nacional bastante fragilizada, contribuindo ainda mais para o aumento da inflação importada em Timor-Leste, pelo que, uma aposta planeada e continuada na qualificação de recursos humanos nas áreas estratégicas de cariz tecnológico, bem como vocacional, permitirá alterar a tendência negativa do saldo da balança comercial, a favor de Timor-Leste.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

V. ESTRUTURA DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA 2013

5.1. RECEITA

O Ministério das Finanças remeteu no passado dia 24 Janeiro as informações pedidas pela Comissão sobre a receita arrecadada até 31 de Dezembro de 2012, os saldos de tesouraria existentes nas contas no Tesouro no final do ano e o montante de juros que remuneraram os depósitos das contas oficiais em 2012. Contudo, até à data da aprovação do presente Relatório, os mapas de fluxos de caixa das contas oficiais no Tesouro respeitantes a 2012, permaneciam ainda em falta e é necessário enviar essa informação à Comissão, antes da aprovação final global do OGE para 2013, bem como, a projeção de fluxos de caixa das contas do Tesouro para o ano seguinte.

As fontes de financiamento do Estado visam assegurar a concretização das políticas económicas, sociais, ambientais, de segurança e defesa nacional, justiça, etc., manter a máquina administrativa do Estado a funcionar, desenvolver o sector empresarial do Estado e providenciar a construção de infra estruturas que potenciem o crescimento económico e o desenvolvimento sustentado do País, gerando maior riqueza para a população e alavancando o sector produtivo.

Para o ano de 2013 o Estado estima gerar receitas globais de 2.987,8 milhões de dólares, dos quais 2.797,9 milhões terão origem nas receitas petrolíferas e apenas 146,3 milhões nas receitas domésticas (fiscais e não fiscais) para financiar as suas despesas, que no total atingirão o nível de 1.997,9 milhões de dólares (incluindo contribuições do Parceiros de Desenvolvimento). Escusado será dizer que 67% da despesa pública será suportada diretamente pelo Fundo Petrolífero e que as restantes despesas serão financiadas indiretamente também por esse Fundo Petrolífero (por via dos saldos transitados dos Fundos Especiais que correspondem a 2,3% do OGE para 2013) e pelas receitas produzidas pelos restantes agentes económicos (setores primário, secundário e terciário) para além dos empréstimos contratualizados pelo Estado.

O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) calculado para 2013, situa-se em 787 milhões de dólares, correspondendo a um crescimento de 18,3 pontos percentuais em relação ao período homólogo. O cálculo do RSE para cada ano assenta num conjunto de

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

pressupostos que “reflectam as melhores práticas internacionais e que assentam em padrões internacionais reconhecidos”, mas não deixam ainda assim de ser pressupostos, que podem alterar-se devido à volatilidade dos mercados financeiros, dos mercados de *commodities* e das alterações das expectativas dos actores económicos, entre outros factores. Significa isso que as previsões podem ao longo do tempo revelar-se incorrectas alterando o valor actual líquido dos rendimentos futuros do Fundo, para mais ou para menos.

O Governo tem optado por levantar anualmente montantes elevados do Fundo do Petróleo acima do RSE e há que ter em conta a sua sustentabilidade futura. Os levantamentos feitos desde a criação deste Fundo, já ultrapassarão os 5 biliões de dólares com o orçamento de 2013 e não se denota intenção do Governo de abrandar o ritmo de levantamentos nos próximos anos (ver pág. 53 do Livro 1 que acompanha a proposta de OGE para 2012). Em 2012 o Governo optou por retirar do Fundo Petrolífero acima das suas necessidades reais, confirmado pela execução orçamental realizada nesse ano. É questionável essa decisão, tendo em conta que o nível de desempenho previsível para qualquer dos três Fundos no final do ano não o justificaria e também porque as contas oficiais no Tesouro oferecem uma rentabilidade inferior àquela que é possível obter através do Fundo do Petróleo.

O ritmo de levantamentos actuais e futuros e a perspectiva de esgotamento antecipado do Fundo Petrolífero, levaram o Governo a alterar a política de investimentos a ele associada, alterando a lei de forma a poder diversificar a estrutura de investimentos do Fundo, até 50% do valor do mesmo. A taxa de rentabilidade da carteira de títulos de rendimento fixo, apesar de oferecer uma taxa de juro mais reduzida em termos relativos, do que a carteira de ações internacionais (*equity*), apresenta proporcionalmente um risco muito menor, para além de que a especulação financeira nos EUA e na Europa tiveram o desfecho infeliz sobejamente conhecido. Por essas razões, a Comissão volta a sugerir especial prudência em relação às mais recentes soluções de investimento do Fundo Petrolífero.

Em 31 de Dezembro de 2012 (valores preliminares) o Tesouro detém em depósitos 817,662 milhões de dólares, dos quais 341 milhões provêm das contas do Fundo Consolidado de Timor-Leste. Trata-se de uma disponibilidade substancial que permitirá, se o PN assim o vier a entender, reduzir as necessidades de financiamento com recurso ao



COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Fundo Petrolífero acima do RSE em 2013. Por seu turno, a análise dos juros recebidos em 2012 dos três Fundos, FCTL, FI e FDCH (no total 150.296 dólares) permite afirmar que a taxa de remuneração, para qualquer dos casos, é extremamente reduzida. Importará esclarecer junto da Senhora Ministra das Finanças, qual foi a taxa de juro média que remunerou os depósitos no ano de 2012.

A execução das receitas fiscais foi muito positiva (105%) em 2012. Pior desempenho obtiveram as receitas domésticas não fiscais, com pouco mais de 37 milhões de dólares (correspondentes a 91% de execução) para toda a economia de Timor-Leste.

O Ministério das Finanças remeteu à Comissão C uma tabela com a distribuição das fontes de receita por item e correspondente execução até final de 2012. Essa informação permitiu cruzar os dados fornecidos na mesma data pelos Ministérios dos Transportes e Comunicações, da Justiça e do Turismo sobre as receitas arrecadadas pelas entidades por eles tuteladas que geram receitas para o Estado. Nenhum dos valores coincidiu nas duas fontes de informação e a situação é preocupante. Parece ser importante questionar e clarificar a informação que foi enviada à Comissão C.

No que se refere aos apoios estimados para 2013 dos Parceiros de Desenvolvimento (PD) sob a forma de concessões em bens e serviços para projetos em curso e projetos planeados, ascenderão a 200,4 milhões de dólares, correspondendo a cerca de 10% do total do Orçamento de Fontes Combinadas, que com estas contribuições se eleva para 1.997,9 milhões de dólares (pág. 25 do Livro 1 OGE 2013). No Livro orçamental n.º 5 página 5, o Executivo esclarece que “está previsto que os PD forneçam um total de 216,3 milhões de dólares a Timor-Leste em 2013”, que este montante inclui 203,4 milhões relativos a concessões e 12,9 milhões em empréstimos para dois projectos em curso. Mais acrescenta que “as concessões estão atualmente categorizadas como apoio fora do orçamento”, mas sem dar qualquer explicação para esse novo procedimento, que prevê manter também para o futuro. Constata-se que os dois livros orçamentais divergem quanto ao montante de apoios a receber da parte dos PD; enquanto o Livro 1 refere 200,4 milhões, o Livro 5 regista 203,4 milhões de dólares e esta questão merece esclarecimentos suplementares do Governo.



COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Na tabela 2.6.3.1. do Livro n.º 1 o Governo presta informações sobre os empréstimos contraídos, seu objeto, maturidade das dívidas e taxas de juro fixas e suas componentes variáveis. A lei exige que para além dessa informação, que fornecida uma estimativa do montante total de juros a suportar durante a vida útil de cada empréstimo, requisito esse que não foi cumprido pelo Governo na sua proposta orçamental. A matéria em apreço é relevante para a apreciação do PN, devendo ser fornecida anteriormente ao debate na especialidade da proposta de OGE para 2013.

O Governo opta e bem na perspectiva desta Comissão, por financiar parte das despesas que inscreveu nos dois Fundos Especiais, com os saldos transitados do ano anterior: 401,263 milhões de dólares do Fundo de Infra Estruturas (sem contar com o empréstimo aprovado mas não utilizado em 2012, no montante de 43,1 milhões de dólares) e 8,549 milhões de dólares do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano mas, o que à primeira vista que poderia ter servido para aliviar o recurso às receitas do Fundo Petrolífero, servirá ao invés para fazer aumentar as despesas em ambos os Fundos, quando existe à partida a noção que o exercício de 2013 terá fortes possibilidades de se situar ao nível dos anteriores, tendo em conta a experiência do passado próximo. A informação que consta das tabelas da PPL n.º 2/III/1ª (Anexos IV e V) induz, inclusivamente a leituras erradas, levando a concluir que o total de despesas dos Fundos Especiais para 2013 até seriam inferiores e que só devido à integração de saldos, o total de despesas aumentará. Em sede de redação final da lei orçamental, sugere-se a correção dos mapas de despesas dos anexos IV e V, no título da coluna “Saldos transitados”, passando a ler-se da seguinte forma “Despesas financiadas por saldos transitados”.

O que antes foi referido leva a uma conclusão interessante: o Governo pretende utilizar como fonte de financiamento privilegiada, os saldos transitados de anos anteriores dos Fundos Especiais, o mesmo não sucedendo para com os saldos remanescentes das contas do Tesouro (resultantes de despesas por realizarmos anos anteriores pelo Fundo Consolidado de Timor-Leste) ou com os juros obtidos por esses mesmos depósitos (Livro n.º 1, pág. 57).

Por seu turno, será desejável que os levantamentos do Fundo Petrolífero acima do RSE não sirvam para constituir uma vez mais uma “reserva” no Fundo Infra Estruturas



COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

paraposteriormente, durante o ano de 2013, servirem para financiar despesas correntes adicionais do Fundo Consolidado, com recurso a um novo orçamento rectificativo.

Ainda no que diz respeito às fontes de receita, há que fazer referência aos empréstimos já aprovados com os Parceiros de Desenvolvimento, para financiar projetos em curso no montante de 12,9 milhões de dólares (Livro nº 5, pág 5) e que “são considerados apoio dentro do orçamento”. Colocam-se dúvidas sobre o respetivo registo no mapa de financiamento e receitas (Tabela II do Anexo I da proposta orçamental), e à primeira vista, esse valor não foi contemplado. O empréstimo de cerca de 43,1 milhões de dólares previsto para financiamento do OGE 2013 já transita, autorizado do ano anterior e apenas 500.000 dólares acrescem ao valor do empréstimo para 2013.

Uma outra forma de financiamento do Estado passa pelas Parcerias Público-Privadas e o Governo já concluiu um quadro político e legal sobre Parcerias Público-Privadas (PPP's). Estas envolvem normalmente contratos celebrados entre o Estado e o setor privado, através do qual os segundos conduzem um projeto de grande envergadura para o qual detêm o necessário *know-how* assumem os riscos financeiros no curto prazo, entrando com a quase totalidade do investimento inicial, encargos estes que anos mais tarde o Estado assumirá por um preço muito elevado. O Estado tem atualmente dois projetos de PPP's em curso em Timor-Leste (aeroporto de Díli e construção do Porto de Tibar), preparando-se para assinar novos acordos deste tipo. Trata-se de um assunto muito sensível ao qual, na perspetiva da Comissão C, o Governo e o Parlamento Nacional deveriam dar uma atenção redobrada, promovendo previamente debates, para esclarecer os pressupostos de cada PPP e fazer uma monitorização dos riscos desses negócios para as gerações futuras, que os irão pagar, e promover o acompanhamento conjunto dos processos. As PPP's foram uma das grandes responsáveis pela situação financeira que Portugal vive no momento, o mesmo tendo sucedido com outros países europeus.

Importa aqui fazer um reparo ao reduzido contributo das receitas não petrolíferas para o Produto Interno Bruto (PIB). Os 146,3 milhões de dólares (de receitas fiscais e não fiscais), que se prevêem arrecadar por conta das receitas domésticas fiscais e não fiscais em 2013 (8% do OGE global) são apenas uma “gota de água” e o Governo terá necessariamente que começar a repensar um novo modelo de financiamento do Estado. O aumento do

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

imposto sobre o tabaco, a passagem da totalidade do setor dos jogos sociais para a alçada do Estado, a criação de rendimentos adicionais por parte da Radiotelevisão de Timor-Leste (venda de espaços publicitários) e da Universidade Nacional de Timor-Leste (aluguer de instalações e promoção de eventos lúdico-pedagógicos por exemplo), o aumento da fiscalização das actividades económicas, o aumento da tributação sobre o rendimento das empresas e dos trabalhadores (por escalões), um controlo mais efetivo sobre a evasão fiscal, etc.

Quanto às entidades “auto financiadas” apenas o são na designação, pois dependem na sua quase totalidade das injeções de dinheiros públicos, para além de que a sua gestão orçamental foge ao controlo do Parlamento Nacional, ao não integrarem o perímetro de entidades submetidas regularmente à fiscalização parlamentar. As receitas por elas arrecadadas ao longo do ano deveriam reverter para o seu financiamento no ano subsequente, pois é assim que se processa o auto-financiamento. É urgente olhar para este assunto e, eventualmente, alterar o quadro legal para garantir maior transparência e rentabilidade daquelas entidades.

5.2. DESPESA

A despesa global do Estado, prevista para 2013, é de 1.797,5 milhões de dólares, sem contar com as contribuições dos Parceiros de Desenvolvimento e a sua distribuição pelos vários Fundos, Fundo Consolidado de Timor-Leste (FCTL), Fundo de Infra-Estruturas (FI) e Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH) é a que consta da tabela seguinte:

Tabela 3 – Distribuição das Despesas do Estado para 2013

Tipo de Fundo	Montante (milhões de USD)	% Relativa
Fundo Consolidado de Timor-Leste (FCTL)	1.002,2	55,7%
Fundo de Infra-Estruturas (FI)	752,9	41,8%
Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH)	42,4	2,5%
Despesa total do OGE 2013	1.797,5	100%

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

A opção do Governo por reduzir os gastos com capital de desenvolvimento (incluindo todas as despesas com infra estruturas) no próximo ano financeiro, de 1.000 milhões para 891,9 milhões de dólares, reflecte menos um ajustamento de planificação face à insuficiente execução de 2012 (o Fundo de Infra estruturas apenas realizará 51,4 % do orçamento, isto no caso dos cabimentos e compromissos já assumidos originarem ainda pagamentos até final do período complementar e a categoria de Despesas de Capital alocada ao Fundo Consolidado de Timor-Leste também apresenta para o período, uma execução aquém do previsto que atingirá no máximo 82,5% das despesas programadas) e mais uma forma de anular o efeito do aumento efectuado nas despesas correntes.

O Orçamento da Despesa para 2013 reflecte uma redução de 9,0 milhões de dólares, o que aparenta ser um esforço efetivo para o controlo dos gastos públicos, mas na realidade é uma verba pouco expressiva no cômputo total. O Governo tem vindo a aumentar todas as rubricas de despesas correntesano após ano, compensadoesse crescimento em 2013 com recurso à contração do crescimento das despesas de capital. A metodologia é semelhante à que foi utilizada pelo Governo para o OGE Rectificativo de 2012 -beneficiar as despesas de funcionamento e as transferências públicas em detrimento dos projectos de capital(pág. 5 do Livro orçamental n.º 1).

5.2.1. Fundo Consolidado de Timor-Leste (FCTL)

Os organismos do Estado que mais contribuem para a despesa no FCTL são, por ordem de grandeza, o Ministério das Obras Públicas, da Solidariedade Social, o Primeiro Ministro, Ministério da Educação, Ministério das Finanças, Ministério da Defesa e Segurança e Ministério da Saúde. No seu conjunto representam 73% das dotações globais do FCTL para o ano de 2013:

Tabela 4 – Despesas a realizar em 2013 por Ministério e outros Serviços do Estado por conta do FCTL

Unid: USD

FCTL - Ministério /Secretaria de Estado /Outros	OGE 2013
Presidência da República	6.633.000
Ministro de Estado e da Presidência do Conselho de Ministros	3.318.000

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Secretaria de Estado do Conselho de Ministros	1.314.000
Ministério das Finanças	25.483.000
Ministério das Finanças -todo o Governo	70.457.000
Primeiro-Ministro	103.446.000
Gabinete do Vice-Primeiro-Ministro, Coordenador dos Assuntos Sociais	1.137.000
Parlamento Nacional	14.477.000
Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares	251.000
Ministérios dos Negócios Estrangeiros e Cooperação	27.403.000
Secretaria de Estado do Fortalecimento Institucional	697.000
Comissão da Função Pública	4.129.000
Ministério Da Administração Estatal	47.649.000
Secretaria de Estado de Apoio e Promoção do Sector Privado	3.793.000
Comissão Nacional de Eleições	4.231.000
Ministério da Justiça	16.570.000
Tribunais	3.329.000
Comissão Anti-Corrupção	1.448.000
Procuradoria-Geral da República	3.505.000
Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça	2.145.000
Secretaria de Estado da Política da Formação Profissional e Emprego	12.853.000
Ministério da Solidariedade Social	147.663.000
Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade	1.867.000
Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto	4.578.000
Secretaria de Estado da Comunicação Social	1.593.000
Ministério do Comercio Industria e do Ambiente	15.582.000
Ministério do Petróleo e Recursos Minerais	9.301.000
Ministério da Agricultura e Pescas	24.176.000
Ministério do Turismo	6.088.000
Ministério da Saúde	61.508.000
Ministério da Educação	91.827.000
Ministério da Educação - Universidade Nacional de Timor-Leste	10.904.000
Ministério das Obras Públicas	192.821.000
Ministério do Transportes e Comunicações	12.359.000
Ministério da Defesa e Segurança	64.507.000
Radio e Televisão de Timor Leste (RTTL)	3.153.000
Total	1.002.195.000



COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

De entre as “Dotações para todo o Governo”, destaca-se o Fundo de Contingência com uma verba elevada, que na opinião da Comissão não é justificável. Nos últimos anos o recurso a essas verbas pela maioria dos Ministérios, pouco tem a ver com a essência das verbas de contingência que a Lei do Orçamento e de Gestão Financeira define como “despesas urgentes e inadiáveis”.

Uma nota especial para a execução do orçamento do Parlamento Nacional em 2012 e para a proposta orçamental do Governo para o PN, para o ano de 2013. Da dotação global do PN de 15,569 milhões de dólares aprovados para 2012, foram executados 76,4% e a razão prende-se com o longo período de interrupção dos trabalhos parlamentares, no final da II Legislatura. Por essa razão, o saldo no final do ano é de 23,6%. Para o saldo remanescente, as categorias de “Bens e Serviços” e de “Capital Menor” são que mais contribuem. Em “Capital Menor”, o PN inscreveu para 2012, a verba necessária para a aquisição das novas viaturas para os Senhores Deputados e equipamento de comunicação e o montante não gasto no final do ano atinge 23,6%, porque a entrega dos veículos arrastou-se até Dezembro de 2012, e por essa razão o relatório de inspeção apenas ficou concluído em Janeiro de 2013 e por esse motivo é necessário reorçamentar aquele montante (1.020.600 dólares) para o ano de 2013, em fase de apreciação na especialidade da PPL n.º 2/III/ (1.ª). Quanto à categoria de despesas de “Capital de Desenvolvimento”, o montante de 80.000 dólares que consta no orçamento do PN para 2012, resulta de uma verba já comprometida e ainda não paga a 31 de Dezembro de 2012, relacionada com trabalhos de construção já concluídos na residência oficial do Senhor Presidente do PN, tais como muros, gradeamentos, etc., cujo pedido de pagamento foi requerido ao Ministério das Finanças antes do fim do ano mas que este não processou em tempo útil.

Quanto ao Orçamento Privativo do PN para 2013, a informação incluída no Livro 2 não coincide com o que tinha sido anteriormente aprovado pelo PN e remetido ao Governo. A primeira situação poderá ser retificada através de uma errata ao Livro 2, mas o anexo 2 à própria Proposta de Lei (pág.9) apresenta também incorreções que têm implicações nas próprias dotações orçamentais, as quais carecem de correção em fase de apreciação na especialidade da PPL n.º 2/III (1ª), em concordância com a Resolução do PN que aprovou o seu Orçamento Privativo para 2013 e que consta como anexo iii a este documento.

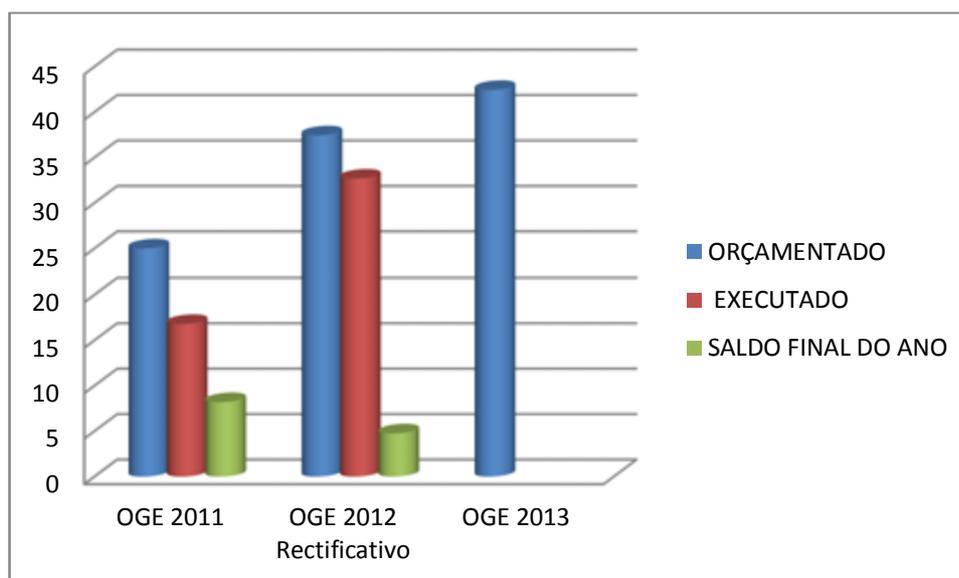
COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

5.2.2. Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH)

O Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (FDCH), estabelecido pela Lei n.º 1/2011, de 14 de Fevereiro e regulado pelo Decreto-Lei n.º 12/2011, de 23 de Março, tem como objectivo financiar programas e projectos plurianuais de formação e qualificação de recursos humanos, com vista a potenciar o desenvolvimento dos funcionários do Estado e, por essa via, promover o desenvolvimento nacional nas diversas áreas, tais como a Saúde, a Educação, as Finanças, a Justiça, a Administração Estatal, o Ordenamento do Território, os Recursos Naturais, a Formação Profissional e Emprego, Juventude e Desporto, a PNTL e a F-FDTL.

O gráfico da página seguinte permite constatar a evolução do FDCH desde o momento da sua criação em 2011 e chegar à conclusão que este tem vindo a crescer, ainda que de forma suave, comparativamente com as outras despesas do OGE.

Gráfico 4 – Evolução do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (2011-2013)



OFDCH contempla quatro Programas diferentes: Formação Profissional, Formação Técnica, Bolsas de Estudo e Outros Programas de Desenvolvimento.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

A tabela abaixo foi construída a partir dos mapas de execução orçamental do FDCH a 31 de dezembro de 2012, Anexo V da proposta de lei de OGE para 2013 e página 3 do Livro orçamental n.º 6, dado a informação se apresenta dispersa e incompleta em qualquer dos mapas:

Tabela 5 – Situação do Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano (20012-2013)

Unid: milhões de USD

Dotação final de 2012 (após OGE rectificativo)	Despesas realizadas em 2012 (pagas e cabimentadas ou comprometidas)	Saldo máximo a transitar para 2013 segundo o mapa de execução orçamental a 31 de Dezembro 2012	Saldo a transitar para 2013 segundo o mapa do anexo V da proposta de OGE 2013	Dotação final do FDCH para 2013
37,448	32,690	4,756	8,549	42,45

A tabela confirma a existência de um diferencial de 3,793 milhões de dólares entre o saldo a transitar que é referido no mapa de execução orçamental entregue pela Senhora Ministra das Finanças à Comissão C (4,756 milhões) e no mapa do Anexo V da proposta de lei de OGE 2013 e Livro orçamental n.º 6 (8,549 milhões). Parte da diferença tem uma explicação simples, pois resulta da diferença positiva apurada pela auditoria às contas de 2011, de mais 1,101 milhões de dólares, em relação ao saldo remanescente da gerência de 2012 que depois veio a ser reintegrado no Fundo com o OGE rectificativo de 2012, mas 2,692 milhões de dólares permanecem por explicar. Sugere-se ao PN que questione a Senhora Ministra das Finanças durante o debate na generalidade em Plenária da proposta orçamental.

O total de despesas suportadas por conta do Fundo até final de 2012 poderá vir a atingir os 32,69 milhões de dólares no final do período suplementar, de acordo com o mapa de execução orçamental a 31 de Dezembro. Questiona-se o fato dessa execução não vir desagregada, por projecto. O Livro 6 que acompanha a proposta orçamental para 2013 já permite uma análise mais rigorosa. Desde logo, compreende-se que entre 2013 e 2017 inclusive, o Governo estima gastar globalmente, apenas 255,3 milhões de dólares norte-americanos com formação profissional dos seus quadros, formação técnica, bolsas de



COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

estudo e outros tipos de formação. Seria aconselhável alocar mais verbas a esta componente do orçamento, para estar em consonância com a estratégia política definida pelo Executivo para 2013.

Em 2013 o FDCH privilegia as bolsas de estudo destinadas aos funcionários do Estado, à semelhança do que aliás vem acontecendo desde a sua criação, alocando-lhes 55% da dotação global (correspondente a 23,3 milhões de dólares).

Surpreende que já a partir de 2014 o Governo deixe de contemplar quaisquer verbas para a formação profissional e reduza substancialmente as destinadas aos restantes tipos de formação, em benefício de “Novas alocações” sem explicar em que estas consistem. É que, devido ao aumento crescente da máquina administrativa do Estado (acompanhado do respetivo crescimento de recrutamentos), seria útil que o Governo esclarecesse melhor o assunto e explicasse em que consistem as novas alocações, durante o debate na generalidade da proposta de Orçamento para 2013.

Grande parte dos Ministérios apostou em projectos que visam o reforço da capacitação dos seus funcionários tanto em 2012 como em 2013 através do FDCH, desde Formação Profissional, a Formação Técnica, Bolsas de Estado e Outros Tipos de Formação. Um reparo não pode deixar de ser feito pelo fato de, tendo em conta o impulso que se pretende dar ao setor turístico já a partir de 2013, o Ministério do Turismo não ter inscrito qualquer verba, nem ponderar para os anos seguintes qualquer formação para os seus quadros (ver pág. 5 do Livro 6 do OGE 2013). Revela-se por isso alguma contradição entre o aparente desinteresse na formação dos recursos humanos do Ministério do Turismo e as prioridades do actual Executivo para o setor, que aliás constam no Programa do Governo.

5.2.3. Fundo de Infra-Estruturas (FI)

Na listagem apresentada no Livro 6 que acompanha a proposta de lei do OGE 2013, surge repetidamente novo projecto, o de “Construção de novo edifício do Ministério da Agricultura, Pescas, Díli” (projectos n.º 3 e 14) com um valor de 500.000 dólares. A aparente duplicação carece de esclarecimentos da Senhora Ministra das Finanças.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Tabela 6 – Situação do Fundo de Infra Estruturas (20012-2013), incluindo empréstimos.

Unid: milhões de USD

Dotação final de 2012 (após OGE retificativo)	Despesas realizadas em 2012 (pagas e cabimentadas ou comprometidas)	Saldo a transitar para 2013 de acordo com mapa de execução orçamental a 31 de Dezembro 2012 (soma das despesas pagas, cabimentadas e comprometidas)	Saldo a transitar para 2013 de acordo com o mapa do anexo V da proposta de OGE 2013	Dotação final do FI para 2013
875,133	449,923	384,458	444,351	752,877

O quadro que diz respeito ao Fundo de Infra Estruturas apresentado no Livro 6, dispõe de maior quantidade de informação, quando em comparação com a que é fornecida no mesmo livro para o Fundo de Desenvolvimento de Capital Humano, dado que o primeiro inclui uma estimativa de execução até final de 2012, por Programa e por Projeto.

Os Programas e Projectos contemplados pelo Fundo de Infra Estruturas para 2013 distribuem-se pelas áreas seguintes:

Tabela 7 - Programas e Projectos do Fundo de Infra Estruturas para 2013

Unid: milhões de USD

Agricultura e Pescas	9,953
Água e Saneamento	11,398
Água e Saneamento (com recurso a empréstimos) *	20,000
Desenvolvimento Urbano e Rural	7,576
Energia Elétrica	173,904
Estradas	115,973
Estradas (com recurso a empréstimos) *	23,588
Pontes	20,976
Aeroportos	9,467
Portos	10,975

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Equipamento Informático	10,491
Edifícios Públicos	48,991
Educação	12,387
MDG	88,013
Saúde	2,650
Segurança e Defesa	20,900
Solidariedade Social	1,663
Tasi Mane	139,402
Preparação de Desenhos e Supervisão de novos projetos	25,218
TOTAL DAS DESPESAS DO FI	752,877

(*) – Os projectos financiados com recurso a empréstimos totalizam 43,588 milhões de dólares norte-americanos

Um total de 27 novos projetos de infraestruturas foram contemplados para ter início em 2013, representando um orçamento adicional de 49,7 milhões de dólares (6,6% da dotação global do FI para o novo ano), o que somado aos projetos em curso eleva o novo orçamento a 752,877 milhões de dólares.

Também sobre este Fundo Especial foram detetadas disparidades no mapa de execução orçamental quanto ao montante de saldos que transitam de 2012 para o ano seguinte, 384,458 milhões de dólares incluindo empréstimos, enquanto no mapa do Anexo V da proposta de lei de OGE 2013 e no Livro 6, constam 444,351 milhões de dólares incluindo empréstimos, que importa esclarecer.

A execução das despesas do Fundo de Infra Estruturas em 2012 atingiu uma taxa de 42,6% (despesas pagas) que poderá, na melhor das hipóteses atingir os 51,4% (se lhe somarmos os cabimentos e compromissos registados) até final do período suplementar que termina a 28 de Fevereiro. Um desempenho de pouco mais de 50% não pode deixar de merecer um reparo da Comissão C. A informação disponibilizada sobre a execução até 31 de Dezembro não prevê a execução por programa/projeto, mas apenas a execução global. Um simples exercício matemático permite concluir que a projeção orçamental para 2013 não é totalmente realista, estando os valores orçamentados bastante empolados. Se não veja-se, em 2012, através do OGE rectificativo, o Governo incorporou a totalidade dos saldos transitados de 2011 do FI, no valor de 124,872 milhões de dólares a somar aos



COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

800,261 milhões de dotação que já lá existiam e em seguida transferiu 50 milhões para pagar despesas correntes do FCTL. Do total de 875,113 milhões que lá permaneceram no final, apenas executará no máximo 449,923 milhões em 2012. A tendência para baixas execuções anuais é uma constante ao longo dos anos, pelo que uma elevada dotação de 2013 (752,877 milhões de dólares) deveria ser ajustada para menos.

A evolução das despesas previstas no projeto “Tasi Mane” para 2012 é a que gera maior preocupação de entre todos os projectos de capital. Este projeto tem vindo a sofrer diversos contratempos, desde logo porque o OGE 2012 rectificativo lhe retirou 50 milhões de dólares com a condição de serem restituídos em 2013, mas tal não foi programado pelo Governo. Ainda assim, dos 123,038 milhões de dólares que permaneceram no projeto, apenas 17,5% das verbas tiveram execução (21,586 milhões de dólares). Porque razão se atribue em 2013 ao Projeto “Tasi Mane” 139,402 milhões de dólares? À primeira vista parece não ser previsível a sua total execução.

Também a execução do Fundo de Contingência preocupa a Comissão, sendo útil obter informações sobre a respetiva utilização até final de 2012.

Quanto aos projectos de infra estruturas englobados no Programa de Desenvolvimento Urbano e Rural, há necessidade de compreender as razões porque não tiveram qualquer execução em 2012.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

VI. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

6.1. CONCLUSÕES

A primeira conclusão que sobressai da proposta orçamental para 2013 é que o valor global do orçamento não diverge muito significativamente do ano anterior, que o Governo mantém uma trajetória de crescimento da despesa pública que iniciou há anos e a segunda, é que o nível de execução dos projetos inscritos no Fundo de Infra Estruturas é inferior ao projetado e merece explicações do Governo em sede de discussão do OGE.

O Governo forneceu no dia 24 de Janeiro de 2013 a execução da receita fiscal, não fiscal e petrolífera, respeitante ao ano de 2012. O relativamente baixo nível de execução permitiu à Comissão confirmar que, apesar de não haver qualquer razão que justificasse o recurso à totalidade das transferências a partir do Fundo Petrolífero aprovadas pelo PN em sede de OGE 2012, o Governo escolheu transferir a totalidade da verba para as contas do Tesouro. É ainda possível que a parte não utilizada daquelas verbas possa agora ajudar a financiar o Orçamento para 2013, se o Parlamento Nacional assim o decidir.

As dificuldades acrescidas na leitura e interpretação de quadros e tabelas orçamentais, resultantes de ausência de informação e/ou sistematização de dados, levam a que esta Comissão volte a sugerir ao Governo que apresente maior rigor no futuro em relação à representação numérica e às casas decimais utilizadas, identificação e utilização nos mapas orçamentais da terminologia adequada, em substituição da terminologia anglo-saxónica ou traduções à letra (ex. virements, roll over, despesas recorrentes, etc.).

É verdade que a proposta de lei de Orçamento Geral do Estado para 2013 submetida ao Parlamento Nacional, prevê uma redução global de 9 milhões de dólares em relação ao OGE Rectificativo de 2012, poupança essa que resulta de um decréscimo de 108,1 milhões de dólares em despesas com infra-estruturas, mas que infelizmente é compensada na sua quase totalidade, pelo acréscimo da despesa corrente em cerca de 101 milhões de dólares.

6.2. RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

1. Atenta à execução da despesa suportada pelas verbas do Fundo Consolidado de Timor-Leste dos últimos anos, a Comissão C conclui que o Governo dispõe de verbas disponíveis nas contas do Tesouro (saldos transitados acumulados do FCTL de vários anos mais juros) para fazer face a uma parte das despesas inscritas nesse Fundo para o ano de 2013 e, desse modo, reduzir o impacto das despesas públicas no Fundo Petrolífero. Recomenda-se por isso que em sede de apreciação na especialidade da PPL n.º 2/III (1ª) seja conseguido que seja dada prioridade àquela fonte de financiamento e se reduza o montante das transferências a fazer a partir do Fundo Petrolífero, em 2013.
2. Após a aprovação do OGE Rectificativo de 2012, o Governo retirou do Fundo de Infra Estruturas, concretamente do “Projeto Tasi Mane”, 50 milhões de dólares para fazer face a despesas do Fundo Consolidado de Timor-Leste na sua maioria correntes, comprometendo-se desde logo perante o Parlamento Nacional a repor essa verba no Orçamento Geral do Estado para 2013, o que não veio a suceder. Recomenda-se ao PN que em sede de apreciação na especialidade da PPL n.º 2/III (1ª) inclua essa transferência para o Fundo de Infra Estruturas, por contrapartida da redução do “Fundo de Contingência” e das “Dotações para Todo o Governo” (Provisão para impacto dos regimes especiais, financiamento retroativo e fundos para serviços legais).
3. O Governo aloca no próximo orçamento, 29 milhões de dólares para o Fundo de Contingência, verba que apesar de ser consistente com a legislação em vigor (3% da dotação orçamental global) é elevada. A utilização das verbas do Fundo de Contingência que foi feita em 2011 é questionável e a execução de 2012 previsivelmente assim o confirmará. Recomenda-se ao Ministério das Finanças que exija o cumprimento estrito da disciplina orçamental a todos os Ministérios, de forma a evitar o recurso sistemático e indiscriminado ao Fundo de Contingência. Necessidades de funcionamento urgentes que não tenham sido cobertas pelas dotações iniciais dos vários Ministérios poderão ser ultrapassadas com recurso a alterações orçamentais durante o ano.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

4. Tendo em consideração os eventuais efeitos das despesas públicas sobre os níveis de preços dos bens e serviços no mercado interno, recomenda-se um acompanhamento especial da evolução do índice de preços no consumidor (IPC), que pode passar pela urgente conclusão da actualização do cabaz de bens de consumo e pela recolha trimestral de informação estatística sobre o cabaz definido, para análise da evolução da inflação interna.
5. Por se considerar pertinente a sugestão já feita pela Comissão C nos seus dois últimos Relatórios, volta-se a recomendar a adopção urgente do Plano Oficial de Contabilidade Pública, em cumprimento do art.º 10.º da Lei n.º 13/2009, de 21 de Outubro.
6. O crescimento económico de Timor-Leste tem sido sustentado, na sua quase totalidade, pelas receitas petrolíferas, sendo a economia formal quase inexistente. A situação atual é preocupante e exige que o Governo envide os esforços necessários para criar gradualmente as condições necessárias ao aumento das receitas não petrolíferas.
7. A preocupação acrescida com a captação de investimento privado externo, após o final da missão das Nações Unidas em Timor-Leste que acentuou ainda mais a taxa de desemprego, leva a Comissão C a recomendar ao Governo que proceda à implementação de medidas concretas para minimizar a taxa de desemprego em Timor-Leste.
8. As projeções macroeconómicas para 2013 que constam do Livro orçamental n.º 1, são superficiais e pouco consistentes com a realidade, carecendo no futuro de uma análise mais exaustiva e fundamentada por parte do Governo. A discrepância entre os dados apresentados nos diversos Livros orçamentais relativos ao nível de desemprego, bem como, à produção agrícola nacional, ilustram bem a situação.
9. A Comissão C recomenda ao Governo que seja mais realista no que respeita à execução de projetos de infra estruturas a contemplar no Fundo Especial de Infra Estruturas e que proceda ao seu planeamento e programação de forma

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- estruturada, assegurando a qualidade dos mesmos e fazendo o acompanhamento contínuo da evolução dos mesmos.
10. Recomenda-se a todos os Ministérios que sejam sensíveis às questões no género e que traduzam essa sensibilidade na alocação de verbas nos seus orçamentos.
 11. Apesar da dotação global do Orçamento Privativo do Parlamento Nacional aprovada para o próximo ano ter sido corretamente inscrita na proposta orçamental do Governo, a sua distribuição pelas diversas categorias de despesa apresenta incorreções, pelo que se recomenda que em sede de apreciação na especialidade seja corrigido o mapa que consta do anexo II da PPL n.º 2/III(1ª), em conformidade a Resolução do PN que aprovou o seu Orçamento Privativo para o ano de 2013.
 12. Encoraja-se o Governo a apostar mais fortemente nas energias renováveis em 2013, especialmente na energia solar para a produção de electricidade, principalmente em Díli e nas regiões mais remotas do País, de forma a reduzir a sua factura energética e ambiental, que se compreende ser incomportável no médio prazo.
 13. Recomenda-se ao Governo que apresente com brevidade um plano de recuperação dos custos com as infraestruturas eléctricas do País, tendo em conta o volumoso investimento que foi sendo acumulado no setor e o fato da Central Eléctrica de Hera se encontrar parcialmente operacional.
 14. Recomenda-se que em fase de debate na generalidade em Plenário da proposta orçamental para 2013, sejam solicitados ao Governo os critérios e a informação que fundamentaram justificaram a afectação de 92,5 milhões de dólares para as Pensões de Veteranos e uma projecção de crescimento de 4% ao ano, para os anos seguintes.
 15. A Comissão recomenda que o Governo passe de futuro a mencionar no Livro orçamental n.º 1, não apenas o montante dos empréstimos contraídos pelo Estado,



COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

mas também a projeção das taxas de juros (componentes fixa e variável) e o próprio montante de juros global a suportar no final da vida útil dos mesmos.

16. Por fim, importa recomendar uma vez mais ao Governo que passe a incluir nas suas propostas orçamentais, a avaliação do impacto económico, social e ambiental das suas políticas económicas, financeiras e fiscais junto da população.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

VII. PARECER DA COMISSÃO C

Atendendo à análise jurídica dos serviços exarada na Nota Técnica n.º 1/2013/DIPLN, a Comissão C é de parecer que a Proposta de Lei n.º 2/III (1ª) - Orçamento Geral do Estado para 2013, reúne os requisitos constitucionais, legais e regimentais aplicáveis e que se encontra por isso em condições de subir ao Plenário para discussão e votação na generalidade e na especialidade, reservando as bancadas parlamentares a sua posição para a fase de debate na generalidade.

Chama-se a atenção para a possibilidade de se melhorar a PPL n.º 2/III (1ª) ao nível das noções e conceitos, de acordo com as leis financeiras e orçamentais que enquadram a elaboração do Orçamento, podendo vir a acontecer durante a discussão e votação em Plenário se for considerado pertinente pelo PN. As alterações sugeridas na Nota Técnica elaborada pelos Serviços e que a Comissão C acompanha, constam do Anexo ii a este Relatório e Parecer.

Os Pareceres de todas as restantes Comissões Especializadas Permanentes fazem também parte integrante do presente Relatório e constam como Anexo i a este documento e as suas recomendações constituem o capítulo VIII do Relatório e Parecer da Comissão C.



COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

VIII. APROVAÇÃO DO RELATÓRIO

O presente Relatório e Parecer foi discutido e aprovado no dia 28 de Janeiro de 2013, tendo sido aprovado por unanimidade.

Díli, Parlamento Nacional, em 28 de Janeiro de 2013

A Deputada Relatora

A Deputada Relatora

Izilda Manuela da Luz Pereira Soares

Maria Angélica Rangel da C. dos Reis

O Presidente da Comissão

Virgílio Maria Dias Marçal

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

IX. RECOMENDAÇÕES DAS RESTANTES COMISSÕES ESPECIALIZADAS PERMANENTES E GMPTL

Comissão A

Presidência da República

1. Atribuição de uma moradia do Estado para residência temporária do Presidente da República, enquanto se constrói a residência oficial.
2. Inscrição do Gabinete da Primeira Dama no OGE da Presidência da República, atribuindo-se-lhe a verba de USD \$ 131 mil que estava destinada à Equipa de Reforma e Desenvolvimento do Sector da Segurança.
3. Atribuição de uma verba de \$US 90 mil ao Secretariado Pós-CAVR para a digitalização dos arquivos de áudio e imagem, que ascendem a mais de 10.000, dos quais 5.000 cassetes sonoras e 5.000 cassetes audiovisuais.

Gabinete do Primeiro Ministro

4. Redução da verba atribuída à Assessoria para a Sociedade Civil.

Ministério da Justiça

5. Reduzir em US \$ 28,000 a verba da categoria Salários e vencimentos, porque foi orçamentada em excesso.
6. Transferir US \$108,000, atribuídos à Polícia de Investigação Criminal-MJ, para para o Serviço de Investigação Criminal, da PNTL, a qual possui uma dotação de apenas US \$49,000

Tribunais

7. Reforçara verba para viagens ao estrangeiro, aumentando-a para US \$88,317.
8. Atribuir uma verba para aquisição de 17 viaturas para os juizes no montante de US \$1,160,743.
9. Atribuir o montante de US \$2,370 milhões para obras de reabilitação e ampliação dos tribunais.

Comissão da Função Pública

10. A delegação do recrutamento, reservando-se a CFP ao papel de supervisão dos processos de recrutamento. A lentidão na aprovação e execução dos planos de recrutamento, constituindo um enorme constrangimento à

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

implementação dos planos de recursos humanos dessas instituições, bem como no desempenho da execução orçamental respectiva.

Comissão Anti-corrupção

11. Atribuir uma verba de US \$250,594., a inscrever na categoria Bens e Serviços, rubrica Formação Profissional para a implementação do programa de formação e capacitação.
12. Atribuir uma verba de US \$55,610 para organização em Timor-Leste de conferência internacional.

Comissão Nacional de Eleições

13. O subsídio referido no artigo 6º da Lei 5/2006 (Órgãos da Administração Eleitoral) deve ser pago por dia, independentemente do número de reuniões ou sessões realizadas num dia.

PDHJ

14. Aprovar verba adicional internet e salários e vencimentos, no valor de US \$34,602.
15. Reduzir a verba de combustível para viaturas.

PGR

16. Atribuir um montante adicional de US \$922,759 (Capital e Desenvolvimento e Bens e Serviços) (1) modernização da gestão informática, (2) manutenção de edifícios da PGR, (3) obras de melhoramento das infra-estruturas existentes, (4) pagamento da retenção de 10% de obras já concluídas, (5) aquisição de equipamento informático para instalação de CMS (Sistema Database Justiça - Sistema informatizado de controlo de processos), na Procuradoria Distrital de Dili.

Investigação Criminal

17. Eliminar a proposta de dotação orçamental de US \$ 108 mil para a Direcção da Polícia de Investigação Criminal, no Ministério da Justiça, porque tal direcção não existe, e transferir essa verba para para o Serviço de Investigação Criminal (SIC).

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

18. Transferir a verba de US \$2,000,000 para construção do edifício da Investigação Criminal para financiar as obras de infra-estrutura das instituições da Justiça
19. Reforçar o Serviço de Investigação Criminal – SIC, como unidade única de investigação criminal.

RTTL

20. Todas as receitas efectuadas pela RTTL devem ser depositadas à conta do Tesouro Nacional.
21. A melhoria substancial da liderança e da gestão da RTTL.

Outras

22. A realização, pelo Governo de auditorias às entidades e organizações beneficiárias de apoios financeiros de programas e fundos públicos, de modo a monitorizar e controlar a boa e correcta aplicação dos mesmos.

Comissão B

Face à proposta de OGE para 2013 e após audições com as entidades supra mencionadas, a Comissão concluiu e recomenda o seguinte:

- Considerando que existe uma preocupação acrescida das autoridades timorenses para a captação de investimento externo devido ao fim da missão das Nações Unidas que acentuou ainda mais a taxa de desemprego, **recomenda-se** ao Governo a implementação de medidas concretas por parte do MNEC, nomeadamente, manter os embaixadores e as embaixadas informadas sobre os dados macroeconómicos do país, potencialidades da região, regime jurídico aplicável à criação de empresas, entidades responsáveis e procedimentos administrativos necessários e o regime fiscal de Timor-Leste. A articulação e cooperação com o Ministério do Comércio, Indústria e do Ambiente e os diferentes órgãos e organismos do Estado é fundamental e deverá ser implementada.
- Considerando que Timor-Leste irá assumir a presidência da CPLP em 2014/2016, a Comissão **recomenda** que durante o ano de 2013 sejam desenvolvidos esforços para que este evento decorra de forma exemplar, porque o mesmo irá servir como teste

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

para o futuro, quando Timor-Leste integrar a ASEAN, como é expectável. Pois os países da ASEAN representados diplomaticamente em Timor-Leste estarão atentos às capacidades do MNEC para a organização deste evento, que lhes permitirá aferir das reais capacidades do país para integrar uma organização da dimensão da ASEAN.

- A Comissão **recomenda** que seja intensificado o processo de delimitação de fronteiras marítimas e terrestres e que o governo tenha uma ação diplomática mais firme e determinada, usando os mecanismos diplomáticos ao seu dispor, tais como, reforçar a presença militar e policial nas fronteiras, para que o território nacional não seja violado, nomeadamente no enclave do Oe-Cusse em que se verificou recentemente a morte de um cidadão nacional.
- A Comissão não se opõe e **recomenda** que a verba de 2.085.239,98 dólares norte-americanos seja destinada à aquisição de armamento e equipamento militar pela Secretaria de Estado da Defesa e que seja orçamentada para o OGE de 2013, de forma a assumir compromissos assumidos e assim dotar as F-FDTL desses equipamentos.
- Tendo em consideração que Timor-Leste ratificou recentemente a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Convenção de Montego Bay) e que este instrumento jurídico tem implicações na atuação dos militares da Componente Naval e dos polícias da Unidade Marítima da PNTL, **recomenda-se** que sejam elaboradas ações de formação para se transmitirem as alterações procedimentais, no âmbito de atuação da PNTL e F-FDTL no mar sob jurisdição de Timor-Leste.
- A Comissão congratula-se com o fato das dívidas acumuladas por parte da PNTL estarem a merecer a preocupação da Secretaria de Estado da Segurança e de se ter criado um grupo de trabalho para verificar e confirmar a realização das mesmas, mas **recomenda** que este processo seja concluído com a maior brevidade possível.
- **A PNTL terá** de rever os seus procedimentos relativos à aquisição de equipamento e armamento e os mesmos deverão respeitar as regras concursais em vigor, para além de se acautelar e confirmar a idoneidade das empresas com as quais se relaciona nestes processos.
- A Comissão **recomenda** que seja regulamentado o regime de autonomia administrativa e financeira, instrumento jurídico fundamental para as F-FDTL e Forças e Serviços de

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Segurança. A atividade destas instituições não se compadece com o centralismo e concentração dos pagamentos no Ministério das Finanças.

- A Comissão **sugere** que seja criada uma empresa pública destinada exclusivamente à aquisição de equipamento, armamento, fardamento e todo o material militar e de segurança destinado às Forças de Defesa e Forças e Serviços de Segurança.
- **Recomenda-se** que nas futuras propostas de orçamento, o SNI não discrimine com pormenor todas as atividades que pretende desenvolver, porque alguma da informação pode ter caráter confidencial e que deve ser de conhecimento restrito. Assim, sugere-se que nos próximos orçamentos este tipo de informação seja apenas dada a conhecer ao Conselho de Fiscalização do Sistema de Inteligência da RDTL, de forma a evitar-se que venha a ser facilmente acessível. O tipo de formação dos funcionários, os cursos efetuados, as agências de informações com as quais coopera e as preocupações em termos de necessidades de recrutamento de fontes, deverá ser de conhecimento muito restrito.
- A Comissão **recomenda** que seja regulamentado o regime de despesas classificadas e de autonomia administrativa e financeira do SNI, de forma a separar as despesas afetas à atividade operacional, da atividade logística e administrativa em geral. Esta separação permite ao SNI uma maior operacionalização dos meios afetos à atividade operacional e uma maior fiscalização por parte da Comissão B, em sede de OGE. As despesas classificadas são fiscalizadas desde logo pelo Diretor-Geral, autorizadas pelo Conselho Administrativo e fiscalizadas pelo Conselho de Fiscalização do Sistema de Inteligência.

Comissão D

Recomenda à Comissão C seguintes:

- Efectuar uma alteração relativamente à categoria de capital menor do orçamento alocado ao Ministério de Agricultura e Pescas, na rubrica número 810 do código orçamental, para a compra de veículos com o montante de 375 mil dólares norte-americanos pois de acordo com a análise da Comissão, o valor atribuído é muito superior ao preço praticado no mercado, na capital Díli. Sugere-se que a quantia alocada no Orçamento seja transferida para a Direcção Nacional de Florestas, para

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

contratar os funcionários ou guardas-florestais para as áreas protegidas. No caso de se manter a referida verba no orçamento, então deverá reduzir-se o valor em 56 mil dólares americanos e alocá-lo à direcção da guarda-florestal.

- A verba alocada no Orçamento da Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura, na categoria de Bens e Serviços, nomeadamente na rubrica de materiais de fornecimento operacionais para a compra de **sementes de neli, milho e batata**, deve ser reduzida e aumentado o item de compra de sementes de neli e milho locais, adubos orgânicos e sementes de soja.
- Diminuir em 1 milhão de dólares norte-americanos a verba para aquisição de sementes na Direcção Nacional de Agricultura e Horticultura e transferir a verba para a Direcção Nacional das Florestas para efectuar a reflorestação.
- A Secretaria de Estado de Apoio a Promoção do Sector Privado deve adoptar uma política de transferência aos agricultores intelectuais ou licenciados na área de Agricultura, afim de reforçar o sector privado, em especial as receitas da área de agricultura.
- A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Local deve reduzir o orçamento previsto para reapropriações, pelo fato de esta Secretaria de Estado não estar prevista na lista de pagamentos de PDD I e PDD II.
- A Secretaria de Estado de Política de Formação Profissional e Emprego deve aumentar a verba orçamental para o programa de formação e capacitação em línguas estrangeiras aos seus trabalhadores, o pagamento dos adidos na Austrália e Coreia do Sul e a continuação do programa de \$3.

Comissão E

1. Ministério de Transportes e Comunicação

- Há necessidade premente de criar um órgão regulador de telecomunicações (ORT) para regularizar os serviços de telecomunicações, uma vez que podem surgir problemas nas comunicações e a liberalização não apresenta melhores vantagens para as receitas da economia de Timor-Leste. Este órgão tem de funcionar com

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

melhores e sólidos regulamentos, afim de execer com eficácia e autoridade as suas funções.

- Com a liberalização de telecomunicações, o Governo tem de garantir um ambiente competitivo e saudável entre os operadores e não deve haver discriminação; Deve facilitar o ambiente de negociação nos serviços “interconection” entre operadores para terem melhores serviços e satisfazerem os clientes.
- Deve ser criada uma política nacional para melhorar a gestão do sistema de transportes, uma vez que existem acidentes de trânsito e engarrafamento na cidade de Díli, tornando-se uma preocupação para o público em geral. Por isso, pede-se ao Ministério que efectue a reabilitação e manutenção dos sinais de trânsito em todo o território nacional e dos sinais luminosos na cidade de Díli, para poder minimizar os referidos problemas.
- Deve criar-se uma política que vise assegurar os Serviços de Correios, visto que são essenciais aquando do envio e da recepção das encomendas e dos embrulhos do interior e exterior do País.
- Devem encontrar-se formas integradas de implementação das leis e dos regulamentos existentes para os transportes terrestres, importação de veículos, licenciamentos e tarifas para os transportes terrestres, afim de constituirem receitas para o Estado.
- Recomenda-se a realização de treinos para os agentes de trânsito, por forma a melhorar os seus serviços e, ao mesmo tempo, minimizar os engarrafamentos na cidade.
- Para garantir a sustentabilidade dos transportes para Oe-cusse e Ataúro pede-se ao Ministério para planear, desenhar e alocar no seu orçamento, uma verba para a aquisição de um novo barco, como alternativa ao actual NAKROMA.

2. Ministério das Obras Públicas (Secretaria de Estado das Obras Públicas)

- Com o objetivo de desenvolver as obras públicas de acordo com a qualidade de obra e com os padrões internacionais recomendados pelo PEDN, recomenda-se que seja criado um órgão competente, com responsabilidades, sob a tutela do MOP,

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

para certificar e monitorizar as plantas/desenhos da construção e análise das plantas/desenhos que devem ser acompanhados com a lista de preços (BoQ).

- Para garantir a transparência, após a aprovação do MOP, os desenhos e a BoQ devem ser verificados pela ADN, antes de serem submetidos ao Aprovisionamento Nacional para o procedimento de concurso público.
- O MOP e ADN devem recrutar novos técnicos na área de engenharia civil e reforçar os recursos humanos qualificados, com equipamentos técnicos necessários para realizar os serviços de acompanhamentos, monitorização, fiscalização e supervisão a todas as obras físicas, desde o início até à sua conclusão.
- É urgente melhorar a gestão do IGE (Instituto de Gestão de Equipamentos) dotando-o de um orçamento adequado para operar em coordenação com a SE-OP e a ADN, a fim de garantir o atendimento na normalização de estradas, normalização de cheias e atendimento de emergência em todo o território nacional.
- A Comissão E considera importante o Decreto-Lei de Governo sobre o estabelecimento de CAFI e recomenda urgência na criação dessa instituição, e recomenda que e a mesma venha a actuar com autoridade e responsabilidade, a fim de garantir a qualidade de obra e a prestação de serviços para o desenvolvimento da construção física, em todo o território nacional.
- Os programas de construção, manutenção e reabilitação de novas estradas realizados pelo SEFOPE, Ministério Estatal, através de PDD I, PDD II, SE-OP e algumas empresas (Desenhos e BoQ próprios), podem criar mais desvantagens no futuro, visto que têm grandes implicações na qualidade de obra, danificando o meio ambiente. Recomenda-se uma boa coordenação entre essas entidades, concedendo a cada uma responsabilidades de acordo com as suas competências, tais como, quem cria o emprego, quem elabora o desenho de construção e análise e a passagem a BoQ, quem realiza o concurso e quem implementa e verifica o projecto.
- As pontes de Daudere e Baer necessitam de verbas adicionais no orçamento de 2013 para poderem ser completadas as suas construções, uma vez que os projectos já foram concluídos mas ainda carecem de obras adicionais para se poder garantir a duração e o uso das mesmas no futuro.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- Recomenda-se à Secretaria de Estado de Política de Fortalecimento do Sector Privado, que estabeleça uma melhor coordenação com todas as empresas sob a tutela do CCI, realizando treinos de capacitação para a gestão dos seus recursos humanos, assim como, criando critérios adequados para promover melhores parcerias no âmbito da formação profissional.

3. Ministério das Obras Públicas (Secretaria de Estado de Electricidade)

- O projecto de média tensão deve ser orientado para a qualidade da obra;
- A instituição competente (SEE) deve identificar o local do projecto, elaborar o desenho de construção e calcular o BoQ;
- Deve ser criado um órgão competente para certificar os desenhos e o BoQ antes de os remeter ao aprovisionamento, evitando-se a recepção direta dos desenhos e BoQ pelos empresários;
- Pede-se à SEE que reforce a sua equipa de fiscalização e supervisão e realize o acompanhamento contínuo ao progresso físico no terreno, desde o início do projecto até à sua conclusão.
- Recomenda-se que no futuro, todos os projectos disponham de um Quadro Aviso com os dados do projecto (valor, duração da obra e empreiteiro), principalmente os projectos de Media Tensão, em todo o território nacional.
- Há necessidade de regularizar através das leis e decretos ministeriais, o uso adequado da electricidade, criando receitas adicionais para o Estado, através da implementação do modelo pré-pago nas habitações que consomem actualmente energia eléctrica.
- Pede-se o acompanhamento das empresas que realizam trabalhos de electricidade, garantindo que trabalham com profissionalismo e sem interesses de grupo.
- Recomenda-se a realização de um estudo e a elaboração do desenho de construção de Jety com maior celeridade, nas Centrais Eléctricas de Hera e Betano, afim de permitir a utilização do combustível alternativo HFO, que é mais económico e permite reduzir as despesas do OGE.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

4. Ministério das Obras Públicas (Secretaria de Estado Água, Saneamento e Urbanização)

- Pede-se a máxima urgência na identificação e estudos sobre as potencialidades de água potável em todo o território nacional, com benefício para toda a população.
- Os decretos-leis e regulamentos ministeriais existentes têm de ser implementados com rigor e autoridade, afim de regularizar o melhor uso da água e garantir que as áreas remotas também beneficiam da água e contribuem para o aumento da receita do Estado.
- Para o futuro e para uma melhor gestão, a manutenção e operação da água potável, desde o seu tratamento no depósito até à canalização e distribuição aos consumidores, devem ser entregues a uma instituição ou empresa autónoma, afim de gerir e garantir com responsabilidade a sua sustentabilidade - “água para todos”.
- A cidade de Díli foi projectada como capital de província, mas atualmente é a Capital da Nação, por isso as infraestruturas existentes não conseguem responder as exigências atuais. Torna-se por isso necessário realizar um estudo urbanístico do plano espacial e um plano de urbanização, que condigam com a realidade actual e antecipem as consequências diárias prejudiciais ao desenvolvimento da cidade.

5. Ministério da Administração Estatal

- A alocação do orçamento para o PNDS promove a discriminação entre os distritos, uma vez que se destina apenas aos sucos de quatros distritos, enquanto os outros sucos dos nove distritos restantes não foram contemplados no orçamento, podendo criar desentendimentos na base. Por isso, é necessário proceder com equilíbrio na alocação para o PNDS baseando-se o Governo na densidade populacional e na linha de pobreza estabelecida nos dados estatísticos.
- É necessário cumprir as regras do pagamento atempado dos projectos, de acordo com o contrato regulado no Decreto-Lei sobre o PDD, afim de evitar que tal prejudique a realização do progresso físico e a qualidade de obra.
- O Ministério deve promover a coordenação entre a Secretaria de Estado da Água e Saneamento e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, de forma a garantir um ambiente limpo e saudável na cidade e em todo o território nacional.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

6. Secretaria de Estado Política para Formação Profissional e Emprego (SEPFPOE)

- Recomenda-se que os projectos físicos sejam devolvidos ao MOP e que a SEPFPOE se concentre apenas na formação e treino de recursos humanos, no sentido de elevar a capacidade profissional para a criação e gestão do seu próprio trabalho. Deste modo, pode-se minimizar o desemprego e os jovens podem criar a sua própria atividade, no domínio das infraestruturas na área da electricidade e melhor competirem no exterior.

7. Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN)

- ADN deve acompanhar os procedimentos de cada projecto, desde o início do concurso até à implementação, para poder orientar o trabalho de acordo com a especificação do contrato sobre a qualidade de obra. Antes de submeter o Orçamento Geral de Estado ao Parlamento Nacional, a ADN deve certificar o valor dos projectos de acordo com BoQ e desenhos, não devendo reduzir verbas aos projectos que o PN já tinha aprovado para não dificultar a fiscalização.

Comissão F

Com base nos resultados de audiências públicas realizadas, a Comissão F pretende apresentar recomendações para os seguintes ministérios:

1. Ministério da Saúde

- A observação e análise do pacote global do Orçamento Geral de Estado de 2013, permitem concluir para o Ministério de Saúde foi atribuído um orçamento de 61,508 milhões de dólares norte-americanos, o que representa apenas 3.4% do total OGE para 2013. A Comissão F considera que o orçamento alocado não é proporcional quanto aos problemas reais com que o ministério se depara, especialmente na parte de infraestruturas básicas de saúde, que ainda continuam limitada; Por exemplo, falta de equipamentos de saúde nos hospitais e clínicas e, no que toca aos recursos humanos, continuam limitados e insuficientes para poderem dar

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

assistência em saúde de qualidade e conseguirem cobrir toda a população de Timor-Leste, principalmente a das áreas rurais.

- Considerando que a questão de qualidade dos recursos humanos é importante nos serviços de saúde, para poder fornecer uma assistência de saúde adequada e de qualidade à população, a Comissão F recomenda ao Ministério de Saúde que promova a realização de formação contínua ao pessoal de saúde, nas respectivas áreas de especialização e, ainda, formação intensiva sobre a ética profissional no trabalho de saúde, como forma de desempenhar os seus serviços com qualidade.
- Após a implementação do regime de carreira especial para os profissionais de saúde, como forma de assegurar os seus direitos salariais de acordo com o grau e as funções no seu serviço, a Comissão F recomenda ao Ministério de Saúde que faça um controlo especial com o intuito de assegurar a efectividade da prestação de serviços, por parte dos profissionais de saúde, segundo o grau e as funções que desempenham.
- Considerando os casos de HIV/SIDA que têm vindo a aumentar no País, a Comissão F demonstra a sua preocupação, pedindo ao Governo que através do Ministério de Saúde crie um quadro político e estratégico compreensivo para prevenir a propagação da doença, por meio de programa de educação sobre a prevenção, consciencialização acerca do teste voluntário a HIV/SIDA, aconselhamento, consulta e tratamento intensivo aos pacientes portadores da doença, incluindo um pacote de assistência social.
- A Comissão F recomenda ao ministério que preste maior atenção ao enfoque da direção de serviço do ministério na prevenção de doença HIV/SIDA, afim de facilitar o seu serviço na obtenção dos dados concretos acerca dos casos da referida doença e o planeamento estratégico de prevenção e ainda, tratamento aos portadores.
- De acordo com a realidade de Timor-Leste, em muitas localidades, especialmente nas zonas rurais, ainda não existem construções de infraestruturas básicas de saúde, tais como um centro de tratamento de saúde para a população. Deste modo, a Comissão F recomenda ao Governo que acelere a construção de infraestruturas básicas de saúde e os dote dos necessários equipamentos, afim de

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

facilitar os serviços, de acordo com o plano integrado, para garantir um serviço de saúde que possa responder aos problemas que o povo enfrenta, especialmente acelerar a construção de hospitais, centros de saúde, clínicas e postos de saúde que estão integrados no plano e na alocação do orçamento.

- Consciente com a realidade existente, considera que a importância de ter ambulância é relevante e urgente para atender os casos de carácter urgente, particularmente àqueles que acontecem nas áreas rurais. Por isso, a Comissão F continua a exigir ao Ministério de Saúde para ter atenção na questão de ambulância afim de colocar nos hospitais e centros de saúde, uma vez que as actuais ambulâncias foram doadas e já não estão com melhores condições e algumas já estão paradas ou avariadas.
- Os Serviços Autónomos de Medicamentos e Equipamentos de Saúde (SAMES) como sendo agência do Governo no fornecimento de medicamentos e equipamentos de saúde para os hospitais, centros de saúde, clínicas e postos de saúde em todo o território nacional. Actualmente os SAMES enfrentam os problemas relacionados com o abuso de poder na gestão de administração e nas algumas práticas tendenciosas que provocam impacto negativo no próprio funcionamento dos Serviços. Além disso, a Comissão F demonstra a sua preocupação com a destruição de medicamentos no valor de \$1.7 milhões de dólares americanos, enquanto os hospitais e centros de saúde nos distritos deparam com a falta de medicamentos. Por isso, a Comissão F recomenda ao Governo, através do Ministério de Saúde, no sentido de procurar resolver a situação e melhorar a política e gestão de administração nos Serviços Autónomos de Medicamentos e Equipamentos de Saúde (SAMES) afim de assegurar o seu funcionamento e uma garantia de aquisição e distribuição efectiva dos medicamentos e equipamentos de saúde para os hospitais, centros de saúde, clínicas e postos de saúde em todo o território nacional.
- A Comissão F pede, ainda, ao Ministério de Saúde para dar máxima atenção aos estudantes de medicina, através um serviço de coordenação consolidada entre o ministério e universidade (UNTL).

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- A Comissão F pede ao Ministério de Saúde para aplicar os requisitos necessários na selecção dos medicos que acompanham os doentes/pacientes ao exterior deve ser imparcial, pois implica um gasto elevado no orçamento de Estado. A Comissão F recomenda, ainda, ao Governo em contratar doutores especialistas internacionais para atender os doentes que necessitam dos cuidados especializados com o intuito de reduzir o envio de doentes/pacientes ao estrangeiro.
- Pede ao Ministério de Saúde para coordenar com a ADN, particularmente nos projectos a nível distrital relacionados com a infraestruturas que cabe ao Ministério de Saúde decidir.
- Considerando o Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV) como único hospital nacional de atendimento de saúde ao público, incluindo os pacientes transferidos dos outros hospitais distritais ou hospitais referiais. Deste modo, a Comissão solicita ao Ministério de Saúde em providenciar melhores condições ao Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV), investindo em termos de facilidades e nos recursos humanos afim de reduzir as consultas dos pacientes ao exterior que implicam elevados custos ao orçamento de Estado.
- Solicita ao Ministério de Saúde para dar maior atenção através de uma política integrada e com um orçamento adequado para o pacote de saúde materna.
- Solicita ao Ministério de Saúde para alocar um orçamento adequado para a questão de nutrição, de acordo com os dados existentes demonstram que, ainda, existem crianças com problemas de má-nutrição.
- De acordo com os dados demonstrados que a malária e dengue constituem doenças com elevado número de casos em Timor-Leste. Deste modo, a Comissão pede ao Ministério de Saúde para dar maior atenção na alocação de um pacote proporcional do orçamento no atendimento desses casos.
- Solicita ao Ministério de Saúde para realizar uma educação sobre a saúde intensiva nas escolas, centros comunitários, famílias e através dos meios de comunicação sobre a importância dos cuidados de saúde, particularmente nos cuidados de saúde primários.
- Observando ao elevado casos de mortalidade materno-infantil por falta de assistência médica, a Comissão F pede ao ministério para realizar aconselhamento

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

e providenciar informações claras e concisas ao público em geral, nomeadamente ao grupo de mulheres sobre a vantagem de ter tratamento médico ao longo de gravidez e até ao parto.

- A Comissão F pede para dar máxima atenção à existência de clínicas privadas e dar atenção aos doutores e enfermeiros que são funcionários públicos, mas continuam acumular os serviços nas clínicas privadas podem provocar conflito de interesses.
- A Comissão F solicita ao Ministério de Saúde para estabelecer um laboratório afim de testar os materiais consumíveis (comidas e bebidas), como forma de poder identificar e evitar a contaminação de materiais químicas que podem causar perigo à vida humana.
- Solicita ao Ministério de Saúde para recrutar os legalistas para trabalhar no Hospital Nacional de Guido Valadares e nos hospitais referais afim de efectuar as autopsias nos casos de falecimentos provocados por motivos criminais.
- A Comissão F pede ao Ministério de Saúde para colocar transportes aos serviços do laboratório nacional.
- Actualmente o Ministério de Saúde apresenta uma dívida que ascende quase \$2 milhões de dólares americanos relacionadas com as consultas dos pacientes ao exterior, por isso, a Comissão solicita ao Governo para resolver a situação, saldando as dívidas.

2. Ministério de Educação

- A educação constitui um sector chave para o desenvolvimento da Nação, pois através da educação é que é possível formar recursos humanos com qualificados, contribuintes e autores principais no desenvolvimento nacional. Para alcançar uma educação com qualidade é preciso ter um planeamento adequado e recursos suficientes para dar apoio às iniciativas e aos planos traçados no sector de educação. Por isso, analisando o montante do orçamento alocado ao Ministério de Educação para o ano de 2013, no valor de 91.827.000 dólares norte-americanos ou seja representa 5% do total da proposta do OGE de 2013. A Comissão F considera que o orçamento alocado é insuficiente e não reflecte adequadamente os problemas reais que o ministério enfrenta, pois muitos dos problemas e lacunas

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

carecem de maior atenção do Governo, particularmente as infraestruturas básicas, uma vez que muitos locais ainda não têm escolas e as facilidades necessárias e, existem pouco recursos humanos (professores) para cobrir toda a escola no território nacional. Deste modo, a Comissão F pede ao Governo para eleger a educação para a sua prioridade, alocando um orçamento proporcional e adequado, afim de responder aos problemas e lacunas existentes.

- A merenda escolar constitui um pacote de alimentação para suportar a nutrição das crianças, mas na realidade tem-se demonstrado que esta a questão continua a criar problema em algumas localidades, particularmente na questão de distribuição e qualidade dos alimentos. Por isso, a Comissão F pede ao Ministério de Educação para estabelecer melhores procedimentos de distribuição e criar um pacote de merenda escolar mais nutritivo, com o intuito de desenvolver a capacidade física das crianças para poderem enfrentar o processo de aprendizagem.
- O saneamento básico constitui uma área importante e deve ser integrado de imediato no planeamento da construção dos edifício escolares, por isso recomenda-se ao Ministério de Educação que elabore um plano com coordenação interministerial sobre a garantia de acesso ao saneamento básico, incluindo água potável em todas as escolas no território de Timor-Leste.
- Actualmente ainda existem muitos professores voluntários que continuam a constituir um problema na questão de estatutos de professores. Deste modo, a Comissão pede ao Ministério de Educação para resolver adequadamente os estatutos dos professores, em concreto, a figura do professor voluntário e contratado, através da nova criação de base de dados para poder identificar melhor a existência e o estatuto dos professores, como forma de alcançar uma solução justa para a implementação do regime de carreira especial.
- Os professores que trabalham nas áreas rurais enfrentam situações difíceis sem comparação com os que trabalham nas cidades por falta de acesso aos quaisquer recursos. Deste modo o Ministério de Educação deve dar uma atenção especial a estes docentes em particular, concedendo-lhes um subsídio adicional como forma de os motivar.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- A realidade demonstra que muitos edifícios escolares apresentam uma construção de pouca qualidade, por isso a Comissão pede ao Ministério de Educação para ter uma política consolidada no processo de planeamento, implementação, monitorização, avaliação e execução dos projetos de construção das infraestruturas de educação.
- A Agência de Desenvolvimento Nacional (ADN) como sendo agência do Governo que tem como função de supervisionar qualquer projectos físicos do Estado, deste modo, a Comissão pede ao Ministério de Educação para ter uma melhor coordenação com ADN em relação à implementação dos projectos de infraestruturas de educação desde o nível nacional até ao nível distrital.
- A política de concessão das bolsas de estudo deve ter a identificação de prioridades e requisitos claros e transparentes, afim de que os resultados provenientes possam satisfazer as necessidades existentes. Por isso, solicita ao Governo, por meio do Ministério de Educação a necessidade de definir melhor as políticas e metas que desejam atingir com o programa de bolsas de estudo.
- A realidade tem demonstrado que muitos adultos, ainda, continuam sem saber ler e escrever nos vários distritos de Timor-Leste, deste modo, a Comissão encoraja o Ministério de Educação em prosseguir com a implementação da política de educação não formal, especialmente o programa de alfabetização.
- A Comissão F pede ao Ministério de Educação que o pacote de construção para o Ensino Secundário tem de ser completado com laboratório, biblioteca, facilidades desportivas e espaço de prática multidisciplinares, possibilitando aos estudantes não apenas o conhecimento teórico, mas também facilitando as praticas académicas e, ainda, actividades extracurriculares que permitam os estudantes em expressar livremente as suas capacidades intelectuais e os seus talentos. Por isso, precisa de ter uma melhor coordenação entre o Ministério de Educação e os parceiros de desenvolvimento que dão apoios aos serviços de educação, particularmente relacionados com o apoio financeiro.
- A Comissão F pede ao Ministério de Educação para acompanhar melhor o plano e processo de implementação da televisão educativo que pode ser uma fonte de educar o povo nas áreas rurais.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- Solicita ao Ministério de Educação para realizar exames de equivalência aos membros da Polícia, F-FDTL e aos funcionários públicos que serviram a resistência.
- A Comissão F pede, ainda, ao Ministério de Educação de elaborar um Master Plan ao novo edifício do ministério, uma vez que o actual edifício já não tem mais condições para alojar.
- A realidade demonstra que os estudantes timorenses que estão a estudar na Indonésia enfrentam com o problema do visto ou KITAS, implicando alguns estudantes de voltar para Timor-Leste. Por isso, a Comissão recomenda ao Ministério de Educação de coordenar os serviços com o Ministério dos Negócios Estrangeiros no sentido de encontrar solução para o problema que os estudantes têm confrontado.

3. Ministério de Solidariedade Social

- Foi alocado ao Ministério de Solidariedade Social (MSS) um montante de \$ 147,663,000 ou seja representa 8% do total do Orçamento de Estado. A Comissão F considera que este montante é muito elevado, nomeadamente na categoria de transferência que obteve uma verba de \$140,863,000 ou seja corresponde quase 95% do seu orçamento para atender ao processo de pagamento aos veteranos e idosos. Por isso, solicita ao Ministério de Solidariedade Social para gerir o Orçamento de Estado com transparência e de acordo com os procedimentos legais afim de dar uma assistência social digna ao povo, em especial aos mais necessitados que merecem usufruir.
- No que concerne à questão de veteranos que continua a provocar problema, especialmente na verificação de dados, por isso solicita ao Ministério de Solidariedade Social, através da Secretaria de Estado dos Antigos Combatentes e da Comissão de Homenagem, para dar maior atenção em todo o processo de recolha de dados afim de promover uma justa e credível valorização aos veteranos de acordo com a lei.
- A Comissão F recomenda ao Ministério para criar condições dignas à Comissão de Homenagem através da construção do edifício ao Secretariado e, ainda, conceder

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

o apoio de transporte à Comissão de Homenagem afim de facilitar e melhorar os seus trabalhos de atendimento e de acompanhamento na questão relacionada com a valorização dos veteranos.

- A Comissão F pede ao Ministério de Solidariedade Social para estabelecer serviços de coordenação com o Ministério da Educação referente a concessão de bolsa de estudo aos filhos dos mártires e veteranos, assim também com o Ministério de Saúde no que toca ao tratamento de saúde dos veteranos no interior e exterior do País afim de dignifica-los.
- A Comissão F pede ao Ministério de Solidariedade Social, através da Secretaria de Estado de Segurança Social, para dar atenção no processamento de pagamento dos idosos e inválidos que continua a provocar polémica no seio do povo, dado que se verificam falsificação de documentos.
- Solicitar ao Minsitério de Solidariedade Social, através da Secretaria de Estado de Desastres Naturais e Assistência Social, para elaborar melhor o seu pacote de planeamento no que refere as formas de prevenção ao risco de desastres naturais e as formas de preparação eficaz afim de responder ao desastre e minimizar os impactos negativos na vida da população.
- Solicitar ao Ministério para dar, ainda, maior atenção aos trabalhadores nacionais, através da criação de um sistema de segurança social que garante efectivamente os direitos desses trabalhadores.
- A Comissão F pede ao Ministério de Solidariedade Social para ter uma coordenação interministerial afim de fornecer os carros funerários e urnas aos grupos vulneráveis e famílias com rendimentos muito baixo.

4. Secretaria de Estado de Juventude e Desporto

- A Comissão F recomenda a Secretaria de Estado de Juventude e Desporto para ter um enquadramento político que possa satisfazer as necessidades dos jovens, especialmente o programa de desenvolvimento das capacidades dos jovens nas diferentes áreas do desporto.
- A Comissão F pede, ainda, para ter uma política de desenvolvimento do desporto justo e igualitário para os diferentes ramos de desporto e não focalizar apenas a uma área.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- Solicitar a Secretaria de Estado para coordenar melhor os serviços com serviços de juventude e desporto a nível nacional, distrital e sucos, uma vez que na realidade tem demonstrado uma falta de linha de coordenação de trabalho eficaz.
- A Comissão F recomenda a Secretaria de Estado para alocar no orçamento uma verba referente ao estabelecimento de infraestruturas desportivas de diferentes ramos e respectivas facilidades afim de criar oportunidades para que os jovens expressem livremente os seus talentos.
- A Comissão recomenda, ainda, a Secretaria de Estado para dar mais atenção aos centros de juventude nos sucos, nomeadamente na capacitação dos líderes de juventude na área de administração para poder gerir de forma efectiva os centros.
- A Comissão F pede a Secretaria de Estado para continuar a monitorizar as actividades dos grupos de artes marciais através da Comissão de Regulamento de Artes Marciais.
- Pede a Secretaria de Estado para alocar no orçamento uma verba de apoio ao trabalho do comité 12 de Novembro nos eventos de remoção dos restos mortais e outros.

5. Secretaria de Estado de Promoção da Igualdade

- A Comissão F considera que o montante do Orçamento atribuído à Secretaria de Estado de Promoção da Igualdade é muito reduzido, ou seja, representa pouco mais de 0.10% do total da proposta do Orçamento do Estado de 2013, deste modo, a Comissão recomenda ao Governo para alocar um orçamento suficiente à referida secretaria de Estado afim de poder realizar as actividades planeadas, nomeadamente relacionadas com o assunto sensível ao género.
- A Comissão recomenda, ainda, a Secretaria de Estado para ter o seu próprio edifício no sentido de realizar os seus trabalhos com efectividade e tem de ter também transportes para poder apoiar os seus serviços operacionais.
- A comissão F recomenda à Secretaria de Estado de Promoção da Igualdade para realizar consciencialização integrada acerca do assunto de género em todas as instituições estatais e na sociedade tanto a nível nacional como a nível rural.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- Reforçar uma contínua socialização na sociedade sobre a Lei contra a violência doméstica e promover o aconselhamento ou educação cívica nas famílias, escolas e meios de comunicação.
- Solicitar a Secretaria de Estado para coordenar serviços com a polícia, tribunais e saúde relativamente na resolução dos casos de violência doméstica.
- Solicitar a Secretaria de Estado para estabelecer um programa integrado de apoio e de garantia aos grupos vulneráveis, principalmente ao grupo de mulheres rurais afim de realizar as suas actividades económicas sustentáveis, de acordo com a realidade demonstra que muitas mulheres estão sobreviver com um rendimento muito reduzido.
- A Comissão F pede para efectuar uma consciencialização reforçada através da educação cívica afim de encorajar a participação das mulheres na vida política.
- A Comissão F recomenda, ainda, a Secretaria de Estado para promover o aconselhamento a toda instituição estatal sobre o orçamento sensível ao género.
- Pede a SEPI que, no futuro, estabeleçam centros de género em todos os distritos.
- A Comissão F pede ao Governo para alocar um orçamento adequado afim de criar condições necessárias para o funcionamento digno e efectivo do Secretariado de Comité CEDAW, uma vez que este representa o Estado de Timor-Leste no exterior referente ao assunto de género.

6. Universidade Nacional Timor Lorosa'e (U N T L)

- Recomenda ao Governo para definir melhor os Estatutos da UNTL, nomeadamente nos termos da competência administrativa e financeira.
- A Comissão F pede a melhor coordenação de trabalho entre a UNTL e o Ministério da Educação nomeadamente nas actividades académicas que implicam grandes montantes no orçamento.
- Actualmente, a UNTL depara com uma grande dívida quase no valor de 2.2 milhões de dólares americanos do fundo de capital humano, por isso pede ao Governo, nomeadamente ao Ministério da Educação para saldar a referida dívida.
- Solicita a UNTL, aquando da realização do contrato de trabalho profissional a nível internacional tem de haver coordenação com o Governo, principalmente com o

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Ministério da Educação, uma vez que implica grande montante de dinheiro no orçamento do Estado.

GMPTL

Recomendação

Em geral, a comissão F e GMPTL concordam com a quantidade para cada ministério mas recomendariam atribuir mais fundos para a Educação, a Saúde e a Secretaria de Estado para a Promoção do Género, bem como a criação de iniciativas que estimulem o desenvolvimento do país e garantam, em simultâneo, a protecção do ambiente. Como o propósito de facilitar o trabalho dos planos anuais, propõem-se as seguintes recomendações para cada organismo suportado pelo Orçamento Geral do Estado 2013, de modo a obter um orçamento mais sensível ao Género, inspirado pelas orientações do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 e buscando o alcançar dos ODMs.

Executivo

Ministério das Finanças

Orçamento Geral do Estado - FCTL	25,483,000
Percentagem do Orçamento Geral em 2013: 4.8%	
Recorrentes	
Salários e Vencimentos	4,062,000
Bens e Serviços	16,070,000
Transferências Públicas	500,000
Capital	
Capital Menor	117,000
Capital Desenvolvimento	234,000
Fontes Combinados do Orçamento	

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Recorrentes	25,132,000
Capital	351,000

1. Análise macroeconómica do Género – É necessário analisar os diferentes impactos do modelo de crescimento, evolução da inflação, a futura adesão à ASEAN, etc., sobre os homens e mulheres e alguma desigualdade que possa resultar;
2. Sistemas de Responsabilidade – Relatórios mensais devem incluir uma análise dos gastos que seja sensível ao Género;
3. Boa Governação e o Sector Público – Os diagnósticos de recursos humanos de todos os Ministérios e Secretarias de Estado devem incluir análises relativas à capacidade, formação, liderança e direcção, desagregadas por sexo e realçando as desigualdades.

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação

Orçamento Geral do Estado - FCTL	27,403,000
Percentagem do Orçamento em 2013: 1.52%	
Recorrentes	
Salários e Vencimentos	10,735,000
Bens e Serviços	13,576,000
Transferências Públicas	500,000
Recorrentes	2,000,000
Fontes Combinados do Orçamento	
Recorrentes	24,811,000
Capital	2,592,000

1. Parabéns para o objectivo de 50% de mulheres no recrutamento, 20% em promoções por mérito e 30% do pessoal no MNE. É necessário existirem objectivos

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

desagregados para os cursos de diplomacia, os estudos comparativos e a participação nos eventos internacionais;

2. Relativamente aos grupos de trabalho sobre Género, são necessários planos e fundos para a promoção de reuniões regulares, de capacitação e workshops, tendo em vista o incremento da compreensão dos assuntos de Género bem como a execução de avaliações e auditorias de Género.

Comissão da Função Pública

Orçamento Geral do Estado - FCTL	4,129,000
Percentagem do Orçamento em 2013: 0.28%	
Recorrentes	
Salários e Vencimentos	846,000
Bens e Serviços	3,125,000
Fondos Confirmados de Outros do Fontes	
Recorrentes	14,000
Fontes Combinados do Orçamento	
Recorrentes	3,971,000
Capital Menor	158,000

1. Recrutamento, promoção, capacitação e formação – É necessário estabelecer objectivos para mulheres em todo o plano anual, inclusive no plano de recrutamento e formação - por exemplo, reforçar as habilidades de gestão e liderança para facilitar a progressão funcional das mulheres. Relatórios desagregados devem ser regularmente gerados desde o PMIS, à base de dados e ao regime de carreiras;

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

2. Deve ser feita uma monitorização do processo de recrutamento, de modo a alcançar uma maior celeridade e uma perspectiva de Género no processo de recrutamento;
3. É necessária uma socialização dos direitos de trabalho, especialmente os direitos de paternidade e maternidade, bem como a proibição do assédio sexual no lugar do trabalho;
4. Recomenda-se um mecanismo para responder aos casos de Violência baseada no Género, incluindo assédio e abuso, bem como a outras violações da Lei do Trabalho e a outras leis que regulam a Função Pública;
5. É necessário desenvolver estratégias para encorajar a participação de mulheres na Função Pública, de modo a atingir um mínimo de 30% da participação das mulheres em todos os níveis de serviço no futuro.

Legislativo

Parlamento Nacional

Orçamento Geral do Estado – FCTL	14,477,000
Percentagem do Orçamento em 2013: 1.18%	
Recorrentes	
Salários e Vencimentos	4,103,000
Bens e Serviços	8,139,,000
Transferências Públicas	436,000
Fondos Confirmados de Outros do Fontes	
Recorrentes	2,000,000
Fontes Combinados do Orçamento	
Recorrentes	12,678,000

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Capital Menor	1,799,000
---------------	-----------

1. O orçamento do GMPTL deve ser aumentado como foi aprovado no Parlamento e considerar incrementar a quantidade ainda mais para reflectir as suas tarefas, inclusive o seu papel na promoção do desenvolvimento da cooperação com a Rede das Mulheres Parlamentares de Língua Portuguesa, tendo em conta que Timor Leste irá liderar os países CPLP no ano 2014, bem como para suporte do seu papel de representação das deputadas Timorenses no estrangeiro.

Comissão Nacional de Eleições

Orçamento Geral do Estado – FCTL	4,231,000
Percentagem do Orçamento em 2013: 0.30%	
Recorrentes	
Salários e Vencimentos	542,000
Bens e Serviços	645,000
Transferências Públicas	3,000,000
Capital	
Capital Menor	44,000

1. O recrutamento de pessoas, capacitação e formação (interna) deve ter objectivos para mulheres e homens;
2. O departamento de formação devem manter estatísticas desagregadas por sexo;
3. O número das mulheres Timorenses inscritas no recenseamento eleitoral está disponível. Porém o número dos eleitores (mulheres e homens) no dia das eleições não. Seria de considerar uma forma de recolher esta informação;
4. Recomenda-se o apoio às atividades de encorajamento da apresentação de candidatas para as proximas eleições;

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

5. Recomenda-se mais apoio às atividades para encorajar a participação das mulheres nas eleições e mais educação cívica.

Justiça

Ministério da Justiça

Orçamento Geral do Estado – FCTL	16,570,000
Percentagem do Orçamento em 2013: 1.08%	
Recorrentes	
Salários e Vencimentos	3,007,000
Bens e Serviços	5,084,000
Transferências Públicas	8,000,000
Fondos Combinados do Orçamento	
Recorrentes	16,091,000
Capital	479,000

1. O recrutamento e capacitação profissional devem incluir um objectivo para homens e mulheres para facilitar igualdade no emprego e igualdade no desenvolvimento de políticas e estratégias de Género no âmbito legal.
2. É necessário fazer a socialização do Código Civil, da Lei Contra a Violência Doméstica e da Lei do Trabalho (nomeadamente os direitos de maternidade e paternidade).
3. O corpo de juristas timorenses especializados em redacção legislativa devem receber formação sobre a igualdade de Género para garantir o desenvolvimento de leis sensíveis a esta importante dimensão.
4. Com respeito ao Plano Nacional de Acção sobre a Violência baseada no Género, o Ministério de Justiça é uma instituição chave para a implementação da lei que o enquadra. É necessário disseminar informação junto das vítimas em relação a seus direitos e os

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

processos judiciais em relação aos casos de violência doméstica e violência baseada no Género. Recomenda-se a divulgação dos textos legais e a realização de cursos especializados sobre a Violência baseada no Género e a Violência Doméstica para poder explicar a aplicação da Lei contra a Violência Doméstica e a interacção entre o Código Penal e o Código do Procedimento Penal.

5: O grupo de Trabalho para analisar a Lei Contra a Violência Doméstica deve assegurar a harmonização dos quadros legais. Devem trabalhar com o Tribunal para estabelecer um “quarto seguro” para separar as vítimas, testemunhas e os acusados (alegados perpetradores), bem como ter uma maneira de dar testemunho sem ter que afrontar o acusado na sala do Tribunal. Para a administração dos novos casos na Procuradoria-Geral, tribunais e prisões, recomenda-se que os dados da violência doméstica e violência baseada no Género sejam recolhidos e os casos sejam processados rapidamente.

6: Com relação aos grupos de trabalho de Género, é necessário conceber planos e mobilizar fundos para promover reuniões regulares, de capacitação e workshops para incrementar a compreensão dos assuntos de Género, bem como a realização de avaliações e auditorias de Género.

7: Deve ser feita a socialização relativa à Lei da Terras e Propriedades, Lei da Nacionalidade, Registo Civil, Notariado e a Lei contra a Violência Doméstica, um vez que estas leis têm o potencial de afectar a vidas das mulheres. Deve ser facilitado o acesso das mulheres, especialmente mulheres vulneráveis como mães solteiras e viúvas, aos certificados do título da terra e fundos financeiros imobiliários.

8: Recomenda-se a realização de debates com instituições nacionais e da sociedade civil sobre o direito consuetudinário e os mecanismos de justiça comunitária em relação à Igualdade de Género e à Lei contra a Violência Doméstica.

9: Deve ser finalizadas a Lei sobre Prevenção, Supressão e Punição do Crime de Tráfico Humano e a Lei da Mediação e Arbitragem

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

10: Recomenda-se um estudo sobre como tornar a justiça mais acessível ao Género e investigar o impacto da Lei Contra a Violência Doméstica nas zonas rurais, para assegurar a sua boa implementação.

Tribunais

Orçamento Geral do Estado - FCTL	2,145,000
Percentagem do Orçamento em 2013: 0.26%	
Fontes Combinados do Orçamento	
Salários e Vencimentos	495,000
Bens e Serviços	984,000
Fontes Combinados do Orçamento	
Recorrentes	1,479,000
Capital	668,000

1. São necessários objectivos específicos e dados desagregados pelo sexo para o recrutamento, capacitação e formação.
2. O Plano Anual sobre violência baseada no Género – são necessárias formação e capacitação sobre violência doméstica e violência baseada no género para os juristas
3. Recomenda-se formar um grupo trabalho de Género, necessitando a definição de planos e a dotação de fundos para facilitar reuniões regulares, de capacitação e workshops para incrementar a compreensão dos assuntos de Género e a condução das avaliações e auditorias de Género.

Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça

Orçamento Geral do Estado - FCTL	2,145,000
----------------------------------	-----------

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Percentagem do Orçamento em 2013: 0.11%	
Recorrentes	
Salários e Vencimentos	495,000
Bens e Serviços	984,000
Fontes Combinados do Orçamento	
Recorrentes	1,479,000
Capital	668,000

1: O recrutamento, promoção, capacitação profissional, formação. A política de recursos humanos e o manual de operação devem ser sensíveis ao Género. Objectivos para o recrutamento e a formação de mulheres devem ser estabelecidos para oficiais legais, funcionárias responsáveis pela pesquisa e análise de dados e pela elaboração do relatório a nível nacional e regional.

2: No desenvolvimento do sistema electrónico de gestão das queixas, é importante desegregar os dados por sexo e incluir os casos de violência doméstica e os casos que sejam relacionados com o programa SISCA

3. Recomenda-se ter boas medidas de envolvimento e participação das mulheres durante a formação no âmbito da PNTL, F-FDTL, guardas policiais, inspectores e cargos de Direcção Escolar. As formações devem incidir sobre os direitos das mulheres e abordar o correcto tratamento de casos da violência doméstica.

4. Incluir nos planos uma estratégia para a preparação do relatório para a comissão da CEDAW. O plano anual deve incluir também as medidas de implementação das recomendações da CEDAW.

5. Devem ser concebidos planos de socialização e advocacia sobre iniciativas legislativas e mecanismos de protecção e assistência às pessoas mais vulneráveis, incluindo vítimas do tráfico humano, trabalhadores migratórios e casos de custódia.

Comissão Anti-Corrupção

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Orçamento Geral do Estado – FCTL	1,448,000
Percentagem do Orçamento em 2013: 0.12%	
Recorrentes	
Salários e Vencimentos	387,000
Bens e Serviços	1,011,000
Capital	
Capital Menor	50,000
Fontes Combinados do Orçamento	
Recorrentes	1,398,000
Capital	50,000

1. Recrutamento e capacitação. O plano anual já tem um objectivo de 50% para as mulheres, mas não inclui objectivos para todas as actividades;
2. O Plano Anual contem várias actividades para consciencializar o público sobre o combate à corrupção e promover a prevenção da mesma, - estas actividades incluem a motivação das associações de mulheres para combater a corrupção – porém estas actividades não distinguem as diferentes maneiras de combater a corrupção, as prioridades diferentes e os diferentes impactos da corrupção sobre mulheres e homens.

Protecção Social

Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto

Orçamento Geral do Estado – FCTL	4,578,000
Percentagem do Orçamento em 2013: 0.39%	

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Recorrentes	
Salários e Vencimentos	441,000
Bens e Serviços	1,537,000
Transferências Públicas	2,500,000
Fontes Combinados do Orçamento	
Recorrentes	4,578,000
Capital	100,000

1: O recrutamento, promoção, capacitação profissional, formação e prémios – existem já alguns objectivos fortes mas todas as actividades devem ter objectivos para mulheres e meninas e onde é possível tentar conseguir uma igualdade entre homens e mulheres. Devem considerar o aumento do número de mulheres que participem nas actividades de formação e educação para a cidadania, de modo a permitirem o acesso a toda a juventude.

2: Recomenda-se fazer uma análise e reconhecimento das diferenças entre mulheres e homens nas áreas do desporto, arte e música. Recomenda-se incluir mais actividades que são praticadas pelas mulheres, como o badminton, a natação, ténis, voleibol, basquetebol etc. Nos casos do futebol, taekwando etc, analisar formas de encorajar a participação das mulheres nas actividades. Recomenda-se o apoio a um centro de treino de atletismo no sentido de também dar oportunidades para homens e mulheres neste desporto.

3: Fazer a socialização junto das pessoas nas zonas rurais e remotas sobre os benefícios da participação nos desportos.

4: Recomenda-se formar um grupo trabalho de Género, necessitando a definição de planos e a dotação de fundos para facilitar reuniões regulares, de capacitação e workshops para incrementar a compreensão dos assuntos de Género e a condução das avaliações e auditorias de Género.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

5: Recomenda-se vincular o parlamento jovem com o parlamento e considerar a criação do grupo das mulheres do parlamento jovem para poder tratar melhor as necessidades das mulheres jovens em Timor-Leste.

Ministério da Solidariedade Social

Orçamento Geral do Estado – FCTL	147,663,000
Percentagem do Orçamento em 2013: 8.47%	
Recorrentes	
Salários e Vencimentos	1,834,000
Bens e Serviços	3,743,000
Transferências Públicas	140,863,000
Fontes Combinados do Orçamento	
Recorrentes	146,440,000
Capital	1,223,000

1: O recrutamento e capacitação profissional deve incluir um objectivo para homens e mulheres para facilitar igualdade do emprego e a igualdade no desenvolvimento de políticas e estratégias de Género no âmbito social;

2: Assegurar a implementação do Plano de Acção Nacional sobre Violência baseada no Género;

3: Assegurar o estabelecimento dos centros de acolhimento para vítimas de Violência baseada no Género;

4: Avaliação sobre o actual acesso ao serviço dos centros de acolhimento nos distritos e identificar necessidades especiais nos mesmos;

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

5: Desenhar recomendações políticas sobre a implementação da Lei contra a Violência Doméstica para o bem das vítimas;

6: Necessidade de incluir no Plano Anual um conjunto de actividades específicas para o grupo de trabalho de Género, como sejam encontros regulares, plano de formação e workshops e socialização da informação sobre o Género e fazer uma avaliação e auditoria sobre o Género. Prover fondos para suportar estas actividades a incluir no orçamento.

Secretaria de Estado para a Política da Formação Profissional e Emprego (SOFOPE)

Orçamento Geral do Estado – FCTL	12,853,000
Percentagem do Orçamento em 2013: 3.07%	
Recorrentes	
Salários e Vencimentos	1,295,000
Bens e Serviços	883,000
Transferências Públicas	10,623,000
Capital	
Capital Menor	52,000
Fontes Combinados do Orçamento	12,853,000
Recorrentes	12,801,000
Capital	52,000

1. Assegurar que todos os recrutamentos, workshops, capacitação têm objectivos para mulheres e homens;

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

2. Recomenda-se formar um grupo trabalho de Género, necessitando a definição de planos e a dotação de fundos para facilitar reuniões regulares, de capacitação e workshops para incrementar a compreensão dos assuntos de Género e a condução das avaliações e auditorias de Género;
3. Desagregar todos os dados por sexo;
4. Divulgar informação sobre a Lei do Trabalho, incluindo os direitos de maternidade e paternidade e a proibição do assédio sexual no lugar do trabalho;
5. Considerar a ideia de contratar mulheres locais para fazer os uniformes das escolas - poderia criar mais de 2.000 empregos para pessoas locais.

Secretaria de Estado para a Promoção da Igualdade

Orçamento Geral do Estado – FCTL	1,867,000
Percentagem do Orçamento em 2013: 0.11%	
Recorrentes	
Salários e Vencimentos	277,000
Bens e Serviços	1,357,000
Capital	
Capital Menor	33,000
Fontes Combinados do Orçamento	
Recorrentes	1,834,000
Capital	33,000

1. Em relação à continuação da implementação do LCVD (Lei contra Violência Doméstica) e do Plano Anual Nacional é necessária mais coordenação ao nível local para

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

prosseguir com a divulgação da lei e desenvolver estratégias para combater a violência doméstica (alvos devem incluir homens e mulheres) porque é nos distritos e nas áreas rurais que onde o índice de violência é maior.

2. É necessária maior coordenação com GMPTL para obter informação sobre as actividades ao nível da CPLP (o GMPTL tem como missão a coordenação com a redes das mulheres da CPLP)

3. Apoiamos o orçamento da SEPI para obter melhores condições para os funcionários da SEPI que enfrenta dificuldades de ordem logística, havendo a necessidade de um escritório que acomode condignamente os seus funcionários.

4. Há a necessidade de recolha dos dados sobre o cumprimento dos objectivos de desenvolvimento do milénio (ODMs) e coordenação com os ministérios relevantes e membros parlamentares para produzir relatórios e desenvolver uma estratégia pós-2015

5. A capacitação dos pontos focais do Género deve ser fortalecida e o seu papel deve ser divulgado nos lugares do trabalho para que o pessoal compreenda a sua função.

Externalidades

Ministério do Comércio, Industria e do Ambiente

Orçamento Geral do Estado - FCTL	15,582,000
Percentagem do Orçamento 2013: 0.86%	

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Recorrentes	
Salários e Vencimentos	2,339,000
Bens e Serviços	11,990,000
Transferências Públicas	1,000,000
Fontes Combinados do Orçamento	
Recorrentes	15,239,000
Capital	343,000

1. Recrutamento, promoção, capacitação e formação – O Ministério tem um bom objectivo de 55% para a formação interna mas precisa de outros objectivos para todo o plano anual, inclusive uma base de dados desegregados pelo sexo;
2. São necessário objectivos para os programas relacionados com acesso ao crédito, o incremento do investimento em capital para as cooperativas e com o apoio aos pequenos empresários;
3. Com relação aos grupos de trabalho de Género é necessária a definição de planos e a dotação de fundos para facilitar reuniões regulares, de capacitação e workshops para incrementar a compreensão dos assuntos de Género e a condução das avaliações e auditorias de Género;
4. No âmbito dos estudos de impacto ambiental é necessário que estes analisem os efeitos dos diferentes projetos sobre os direitos humanos, inclusive nas dimensões da propriedade intelectual, direito a saúde etc, bem como os efeitos dos projetos sobre as pessoas vulneráveis, em particular as mulheres.

Ministério do Turismo

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Orçamento Geral do Estado	6,088,000
Percentagem do orçamento em 2013: 0.33%	
Recorrentes	
Salários e Vencimentos	944,000
Bens e Serviços	3,379,000
Transferências Públicas	1,500,000
Capital	
Capital Menor	285,000
Fontes Combinados do Orçamento	
Recorrentes	5,823,000
Capital	265,000

1. Recrutamento, promoção, capacitação e formação – são necessários objectivos para todo o plano anual, nomeadamente nas dimensões das qualificações, e profissionalismo dos operadores do turismo;

2: Com relação aos grupos de trabalho de Género é necessária a definição de planos e a dotação de fundos para facilitar reuniões regulares, de capacitação e workshops para incrementar a compreensão dos assuntos de Género e a condução das avaliações e auditorias de Género.

Ministério da Agricultura e Pescas

Orçamento Geral do Estado – FCTL	24,176,000
Percentagem do Orçamento 2013: 1.89%	

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Recorrentes	
Salários e Vencimentos	5,779,000
Bens e Serviços	11,515,000
Transferências Públicas	1,000,000
Fontes Combinados do Orçamento	
Recorrentes	18,294,000
Capital	5,882,000

1: Recrutamento, promoção, capacitação e formação - alguns dos dados são desagregados, mas há só 11 agricultores que são mulheres. Recomenda-se colocar objectivo em todo o plano anual (por exemplo, para a capacidade dos agricultores e dos técnicos, para os grupos de agricultores e os estudantes).

2: Recomenda-se formar um grupo trabalho de Género, necessitando a definição de planos e a dotação de fundos para facilitar reuniões regulares, de capacitação e workshops para incrementar a compreensão dos assuntos de Género e a condução das avaliações e auditorias de Género;

3. O plano anual fala da integração do Género e algumas actividades incluem um objectivo de 30% para actividades económicas no âmbito do sistema de produção animal (alimentação de vacas leiteiras e vacinação dos porcos), bem como a celebração do Dia Internacional da Mulher, etc., mas os alvos para mulheres poderiam abranger todos os programas.

4. Devem ser mantidas e analisadas estatísticas sobre homens e mulheres que estão a trabalhar na agricultura e ser formada uma estratégia para assegurar que as mulheres que trabalham na agricultura sejam pagas.

Ministério do Petróleo e Recursos Minerais

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Orçamento Geral do Estado - FCTL	9,301,000
Percentagem do Orçamento 2013: 8.27%	
Recorrentes	
Salários e Vencimentos	253,000
Bens e Serviços	1,940,000
Transferências Públicas	7,000,000
Capital	
Capital Menor	108,000
Fontes Combinados do Orçamento	
Recorrentes	9,193,000
Capital	178,000

1. O recrutamento das pessoas, capacitação e formação (interna) devem ter objectivos para mulheres e homens;
2. Recomenda-se que a publicação da informação seja sensível ao Género e que todas as mulheres possam ter acesso a elas, incluindo as pessoas nas áreas rurais e remotas;
3. Recomenda-se a definição de planos e a dotação de fundos para o grupo trabalho de Género tendo em vista a realização de reuniões regulares, de capacitação e workshops para incrementar a compreensão dos assuntos de Género e a condução das avaliações e auditorias de Género;
4. Recomenda-se consultar com mulheres sobre o assunto do petróleo, minerais e outros recursos naturais para reduzir os impactos negativos das actividades, bem como o

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

risco do tráfico de seres humanos, bem como de violência sexual em sectores tradicionalmente masculinos e em locais isolados e remotos;

5. Os direitos de propriedade intelectual devem ser considerados nos estudos sobre novos métodos da energia para o futuro;
6. Deve ser lançado um estudo sobre energias alternativas para as casas rurais e investigar os efeitos da queima de madeira e querosene e deficiente exaustão dos fumos sobre a saúde das pessoas especialmente as mulheres na casa.

Serviços Sociais

Ministério da Saúde

Orçamento Geral do Estado – FCTL	54,219,000
Percentagem do Orçamento 2013: 3.82%	
Recorrentes	
Salários e Vencimentos	22,468,000
Bens e Serviços	21,088,000
Transferências Públicas	10,663,000
Capital	
Capital Menor	7,289,000
Fontes Combinados do Orçamento	

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Recorrentes	54,219,000
Capital	7,289,000

- 1: Desagregar dados por sexo;
- 2: Recolher dados sobre vítimas de violência doméstica, HIV/AIDS, mortalidade materna e doenças sexualmente transmissíveis;
- 3: É necessário definir quantos homens e mulheres vão receber formação, apoio através de bolsas de estudo etc;
- 4: Encorajar a participação dos homens na saúde reprodutiva ;
- 5: Assegurar boa assistência hospitalar às vítimas de violência doméstica, inclusive crianças, e assegurar que o plano nacional contra a violência doméstica de género tenha suficientes recursos para a sua implementação;
- 6: Assegurar a implementação do Plano Nacional sobre Violência Doméstica e de Género;
- 7: Assegurar a implementação do Plano Nacional Estrategico sobre Saúde Materna;
- 8: Incluir violência doméstica, saúde reproductiva e boa nutrição no curriculum geral;
- 9: Atingir 50% de homens e mulheres na estrutura organizacional;
- 10: Fornecer suporte financeiro adequado para os serviços de parteiras e pessoal de saúde nas áreas rurais e a provisão de ambulâncias para estas áreas;
- 11: Assegurar a disseminação de informação sobre os diferentes aspectos da saúde por meios não tradicionais (como teatro, desenho etc)

Governação do Ministério Da Saúde

Fortalecer o papel de liderança e governação do Ministério da Saúde na implementação da política do Governo para o sector da saúde através de definição

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

de micropolíticas e regulamentação do Sistema Nacional de Saúde		
<i>Reorganização institucional dos Serviço Centrais</i>	<i>Precisa definir a percentagem das mulheres e homens para os novos cargos de direcção e Chefia</i>	
<i>Representar os interesses do Ministério da Saúde em Conferências /Seminarios e Reuniões Inter-regionais sobre a saúde global</i>	<i>Assegurar a participação em conferências/Seminarios sobre a saúde reproductiva incluindo mortalidade materna e também HIV/SIDA .</i>	
<i>Desenvolver o sistema nacional de recolha e registo de informação da saúde e de vigilância epidemiológica em todos os estabelecimentos de saúde</i>	<i>Desagregar os dados por sexo ao nível local e nacional.</i>	
Prestação de Serviços Básicos de Saúde		
<i>Desenvolvimento de folhetos informativos de educação e promoção da saúde</i>	<i>Campanhas sobre nutrição, saúde reproductiva, HIV/SIDA e mortalidade materna. É importante envolver tanto homens como mulheres na campanha.</i>	<i>E importante ressaltar a importância de uma boa nutrição para todos mas especialmente para as mulheres grávidas para evitar a mortalidade materna e outras doenças. Dar continuidade às actividades para a socialização do planeamento familiar e da educação sexual (com MdE e M. Des desportos e jovens) nas áreas urbanas e rurais, destinadas principalmente a jovens e adolescentes e envolver os homens</i>
<i>Implementação do programa do serviços integrado de saúde comunitária nos sucos</i>	<i>Assegurar o acesso a mulheres aos serviços e continuar o programa do SISCA nas áreas rurais e remotas</i>	<i>Construir maternidades e postos de saúde nos subdistritos para acompanhamento pré e pós Natal de gestantes</i>
<i>Implementação da estratégia de saúde</i>	<i>Desenhar uma estratégia e campanha para reduzir o</i>	<i>Principais razões para a alta taxa de mortalidade materna – Mal nutrição,</i>



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

<i>materna, infantil e da criança</i>	<p>número de casos de mortalidade materna para o ano 2015, tendo em conta as principais causas no contexto timorense.</p> <p>Considerar o desenvolvimento de uma lei para este propósito (como foi feito nas Filipinas)</p>	<p><i>insuficientes parteiras e médicos para assistir ao parto, distancia entre os centros de saúde, falta de informação sobre opções para o parto e o alto número dos partos por mulher.</i></p> <p><i>Incrementar o número de parteiras e encorajar memorandos de entendimentos entre outros países que possam prover parteiros a Timor-Leste</i></p> <p><i>Disseminação de informação sobre cancro de colo uterino e cancro de mama</i></p>
<i>Implementação da estratégia para controlo das principais doenças contagiosas</i>	<p><i>Continuar os programas para socialização e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, principalmente o HIV/AIDS</i></p> <p><i>Recolher dados ao nível local e nacional sobre a taxa de HIV/SIDA em Timor Leste</i></p> <p><i>Prover informação às mulheres grávidas sobre doenças sexualmente transmissíveis e HIV/SIDA, e oferecer testes confidenciais e apoio às pessoas afectadas.</i></p>	
	<p>Assegurar o funcionamento da máquina para Lavagem de Sangue</p>	

Ministério da Educação

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Orçamento Geral do Estado – FCTL	91,827,000
Percentagem do Orçamento 2013: 6.8%	
Recorrentes	
Salários e Vencimentos	47,004,000
Bens e Serviços	38,309,000
Transferências Públicas	2,5000,000
Capital	
Capital Menor	4,014,000
Fontes Combinados do Orçamento	
Recorrentes	87,813,000
Capital	4,014,000

- 1: Dar ênfase á política de inclusão social, com o objectivo de atingir um equilíbrio de Género nas escolas – educação universal – até 2015, de acordo com o objectivo do Milénio número 2 (atingir educação primária universal)
- 2: Conceitos sensíveis ao Género devem ser integrados na formação dos professores e no currículo.
- 3: Com respeito ao plano de acção nacional sobre a violência do Género, o ministério deve fazer uma análise dos relatórios e uma avaliação do currículo a incluir boa nutrição, direitos reproductivos, temáticas de direitos humanos e Género e a sua aplicação com o artigo 11 da Lei Contra a Violência Doméstica
- 4: Com respeito aos grupos de trabalho do Género são necessárias a definição de planos e a dotação de fundos para facilitar reuniões regulares, de capacitação e workshops para incrementar a compreensão dos assuntos de Género e a condução das avaliações e auditorias de Género;

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

- 5: É necessário implementar as regulações baseadas na Lei do Serviço Cível com respeito à violência física e sexual contra estudantes.
- 6: É necessário analisar as diferentes razões para o abandono escolar de rapazes e raparigas para desenvolver uma estratégia de incremento da taxa de licenciados;
- 7: Garantir às jovens que tiveram que interromper a educação devido á gravidez que tenham continuidade da educação;
- 8: Assegurar que as escolas tenham um sistema de saneamento adequado;
- 9: Onde é possível, prover transportes do estado (ex. microletes) para ir ás escolas que são muito longe das cidades e aldeias. No futuro, no planeamento com o ministério das obras públicas, devem planear a construção de estradas para facilitar o acesso ás escolas.

Infraestruturas

Ministério das Obras Públicas

Orçamento Geral do Estado - FCTL	192,821,000
Percentagem do Orçamento 2013: 36.4%	
Recorrentes	
Salários e Vencimentos	6,441,000
Bens e Serviços	137,804,000
Transferências Públicas	6,000,000
Capital	

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Capital Menor	11,076,000
Capital Desenvolvimento	31,500,000
Fontes Combinados do Orçamento	
Recorrentes	150,245,000
Capital	42,576,000

1. São necessários objectivos Género para todo o plano anual, incluindo a participação nos seminários, eventos internacionais, etc.;
2. A base de dados deve ser desagregada por sexo. Recomenda-se dados desagregados sobre o envolvimento das mulheres nas construções das estradas e a gestão do fornecimento de água potável;
3. O grupo trabalho do Género – as actividades devem incluir a capacitação, estudos comparativos sobre o Género e atribuir espaço para o grupo trabalho do Género no lugar do trabalho.

ADN

A Agência Nacional de Desenvolvimento cobre todos os projetos do governo através do Plano Estratégico do Desenvolvimento de Timor-Leste 2011-2030 – há muitas possibilidades afectar as vidas das mulheres, especialmente através dos programas relacionados com descentralização, desenvolvimento local, desenvolvimento dos sucos, emergências, emprego rural, e projetos comunitários. Todos devem ser sensíveis ao Género. Um objectivo tem que ser estabelecido para o novo recrutamento e formação no Departamento da Avaliação e Viabilidade do Projeto, o Departamento de Fiscalização e Certificado da Qualidade do Projeto, Departamento de PDD1 e PDD2 e o Departamento do MDG Suco. No futuro, serão também necessários objectivo para o estabelecimento de uma nova política económica e para a agência de investimento que assumirá o controlo da ADN.

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Monitorização da implementação do projecto 5 casas em cada aldeia, visto que o total de casas foram reduzidos a 9 mil casas, ao invés de 11.448 casas, e o montante no orçamento aumentou, desrespeitando o orçamento aprovado em 2011, sendo que a qualidade da obra não é sempre boa.

Secretariado dos Grandes Projetos (SGP)

Embora o SGP não tenha sido incluído no plano anual do Primeiro-Ministro/Ministério das Finanças – principais recomendações seriam o estabelecer de objectivos para recrutamento e formação, bem como examinar a sensibilidade de Género dos Grandes Projectos, incluindo a Rede Viária (exemplo: acessibilidade e segurança dos pedestres), Projecto de Electricidade em Hera (segurança das trabalhadoras grávidas) e aBase Suai (o risco incrementado de exploração sexual devido ao alto número dos homens na força de trabalho)

Comissão Nacional de Aprovisionamento (CNA)

São necessários objectivos para capacitação, incluindo a formação em serviço, mentoring/tutoria, workshops formais e formação de especialistas internacionais.

Ministério do Transportes e Comunicações

Orçamento Geral do Estado - FCTL	12,359,000
Percentagem do Orçamento 2013: 2.58%	
Recorrentes	
Salários e Vencimentos	1,514,000
Bens e Serviços	7,274,000
Capital	

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Capital Menor	2,951,0000
Capital Desenvolvimento	620,000
Fontes Combinados do Orçamento	
Recorrentes	8,788,000
Capital	3,571,000

1. Tem objectivos para a participação das mulheres nos cursos de português e inglês, mas precisa ter objectivos para os outros cursos como acesso a internet etc,;
2. Com relação aos grupos de Género de trabalho, necessitam a definição de planos e a dotação de fundos para facilitar reuniões regulares, de capacitação e workshops para incrementar a compreensão dos assuntos de Género e a condução das avaliações e auditorias de Género;
3. É necessária a participação das mulheres na operação dos serviços.

Defesa e Segurança

Ministério da Defesa e Segurança

Orçamento Geral do Estado – FCTL	64,507,000
Percentagem do Orçamento 2013: 4.79%	
Recorrentes	
Salários e Vencimentos	25,870,000
Bens e Serviços	31,771,000
Transferências Públicas	200,000

COMISSÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS

Capital	
Capital Menor	5,841,000
Capital Desenvolvimento	825,000
Fontes Combinados do Orçamento	
Recorrentes	57,841,000
Capital	6,666,0000

1. São necessários objectivos específicos e dados desagregados por sexo para o recrutamento, capacitação, treinamento e promoções.
2. Conceitos sensíveis ao Género, assédio sexual e violência baseada no Género devem ser integrados no código da conduta e ao trabalho da força de assistência humanitária.
3. Precisam integrar o plano anual nacional da violência baseada no Género.
4. Com relação aos grupos de Género de trabalho, necessitam a definição de planos e a dotação de fundos para facilitar reuniões regulares, de capacitação e workshops para incrementar a compreensão dos assuntos de Género e a condução das avaliações e auditorias de Género.